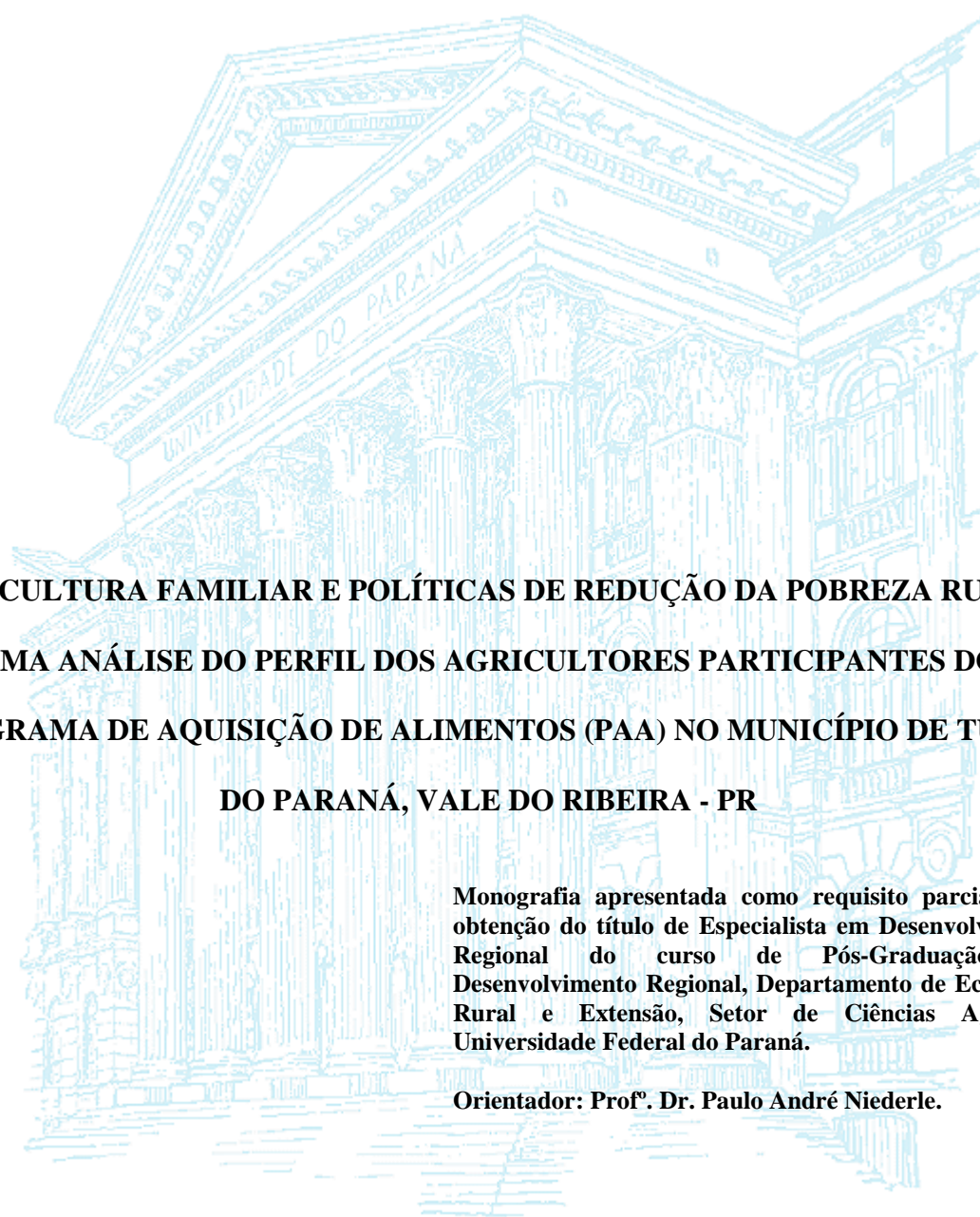


**MARIA FERNANDA LOPES DE FREITAS**



**AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA RURAL:  
UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE TUNAS  
DO PARANÁ, VALE DO RIBEIRA - PR**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Regional do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Niederle.

**CURITIBA**

**2011**

“Conhecer o homem – esta é a base de todo o sucesso.”

*Charles Chaplin*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>viii</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA .....</b>	<b>7</b>
O Vale do Ribeira Paranaense.....	8
<i>O município de Tunas do Paraná-PR.....</i>	<i>12</i>
<b>CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>19</b>
Agricultura Familiar.....	19
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA .....	22
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.....	30
PAA, PRONAF e a inclusão social e produtiva de agricultores familiares .....	33
<b>CAPÍTULO 3 – A AGRICULTURA FAMILIAR EM TUNAS DO PARANÁ .....</b>	<b>36</b>
Associação de Produtores de Tunas do Paraná - APROTUNAS.....	36
<i>A comunidade do Ouro Fino .....</i>	<i>38</i>
<i>Os agricultores familiares participantes da APROTUNAS .....</i>	<i>39</i>
<i>As propriedades.....</i>	<i>46</i>
<i>A produção.....</i>	<i>56</i>
<i>Produção Vegetal.....</i>	<i>56</i>
<i>Produção Animal .....</i>	<i>59</i>
O PAA na gestão da APROTUNAS .....	61

<i>O PAA em 2009/10</i> .....	61
<i>O PAA em 2011/12</i> .....	68
Os acessantes do PAA em Tunas do Paraná: análise por grupo de PRONAF.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>78</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>86</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape .....	7
FIGURA 02: Localização do Vale do Ribeira – Paraná. Fonte: IPARDES.....	9
FIGURA 03: Mapa de Tunas do Paraná-PR .....	13
FIGURA 04: Municípios envolvidos no PAA, 2009 e 2010.....	28
FIGURA 05: Esquema ilustrativo da execução do PAA pela APROTUNAS em 2009 .....	62
FIGURA 06: Esquema ilustrativo da execução do PAA pela APROTUNAS a partir de 2010..	64
GRÁFICO 01: Evolução da população de Tunas do Paraná-PR, de 1996 a 2010.....	14
GRÁFICOS 02 e 03: População por situação de domicílio, município de Tunas do Paraná – PR. Anos 2000 e 2010 .....	15
GRÁFICO 04: Composição do PIB do município de Tunas do Paraná-PR .....	17
GRÁFICO 05: Evolução da Execução Financeira do Programa, por modalidade no período 2003 – 2010 .....	26
GRÁFICO 06: Execução do PAA em 2010, por modalidade .....	27
GRÁFICO 07: Distribuição total de recursos do PAA em 2010, por unidade da federação ...	29
GRÁFICO 08: Agricultores participantes do PAA por grupo de PRONAF, em 2010.....	34
GRÁFICO 09: Classificação fundiária por módulo fiscal das propriedades analisadas no município de Tunas do Paraná-PR .....	48
GRÁFICO 10: Frequência da classificação fundiária por módulo fiscal nos três grupos analisados .....	50
GRÁFICO 11: Variações no tamanho das propriedades do grupo I.....	51
GRÁFICO 12: Variações no tamanho das propriedades do grupo II.....	51

GRÁFICO 13: Variações no tamanho das propriedades do grupo III .....	52
GRÁFICO 14: Proporção das áreas das propriedades nos três grupos analisados.....	53
GRÁFICO 15: Uso da terra nas propriedades dos três grupos.....	53
GRÁFICO 16: Condição de posse da terra nos três grupos analisados .....	55
TABELA 01: Resumo dos dados referentes ao Território Vale do Ribeira.....	8
TABELA 02: População por situação de domicílio segundo municípios do Vale do Ribeira – PR .....	10
TABELA 03: Total de famílias e de famílias pobres (renda familiar per capita de até meio salário mínimo), distribuição por situação de domicílio e taxa de pobreza, segundo os municípios do território Ribeira - Paraná – 2007 .....	12
TABELA 04: Rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%), por classes de renda – 2010 .....	15
TABELA 05: PIB do município de Tunas do Paraná-PR .....	16
TABELA 06: Resumo das modalidades de PAA.....	25
TABELA 07: Resumo dos principais grupos de enquadramento do PRONAF.....	32
TABELA 08: Resumo das características dos três grupos analisados .....	40
TABELA 09: Classificação Fundiária de Imóveis Rurais adaptada para o município de Tunas do Paraná-PR .....	48
TABELA 10: Classificação fundiária por módulo fiscal e por grupo das propriedades analisadas no município de Tunas do Paraná-PR.....	49
TABELA 11: Uso da terra nas propriedades dos três grupos analisados.....	54
TABELA 12: Composição dos contratos de arrendamento dos três grupos analisados .....	55
TABELA 13: Produção Vegetal por grupo, para famílias agrícolas e pluriativas .....	57

TABELA 14: Utilização ou não de agrotóxicos por grupo analisado.....	59
TABELA 15: Produção Animal por grupo, para famílias agrícolas e pluriativas.....	60
TABELA 16: Síntese do PAA 2009 da APROTUNAS .....	66
TABELA 17: Comparação entre a quantidade e o volume de produtos cadastrados para os PAAs de 2009/10 e 2011/12.....	70
TABELA 18: Total de DAPs por grupo de PRONAF .....	72
TABELA 19: Total de DAPs por grupo de PRONAF e por grupos analisados.....	73
TABELA 20: Total de DAPs por grupo de PRONAF, para o total de 109 DAPs ativas do município de Tunas do Paraná-PR .....	74

## RESUMO

Através da identificação do perfil agro-socioeconômico dos agricultores participantes do PAA, pretendeu-se analisar as características de composição e gestão da APROTUNAS e se o objetivo desta política pública nas inserções social e produtiva de agricultores familiares de baixa renda para promoção do desenvolvimento rural local está sendo atingido no município de Tunas do Paraná-PR. Os dados analisados foram obtidos através de entrevista semi-estruturada a partir do diagnóstico das UPFs. Como resultado tem-se produção agropecuária bastante diversificada, destinando-se tanto para comercialização quanto para o autoconsumo e que, mesmo sendo caracterizados como agricultores familiares prioritários em virtude de estarem no Território da Cidadania – Vale do Ribeira, o público alcançado pelo programa ainda é predominantemente formado pelos agricultores mais capitalizados no interior do território. A análise também demonstrou que, por oferecer a segurança do acesso regular à um mercado fixo, o PAA apresenta importância significativa para além das políticas públicas, mas também nas organizações produtivas e sociais dos atores locais, sendo atualmente utilizado como principal canal de comercialização da maior partes dos produtos da APROTUNAS.

Palavras-chaves: AGRICULTURA FAMILIAR, PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, VALE DO RIBEIRA.



## INTRODUÇÃO

Através da identificação do perfil agro-socioeconômico dos agricultores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pretende-se analisar, por um lado, as características de composição da Associação de Produtores de Tunas do Paraná (APROTUNAS) e a importância que esta organização local tem enquanto protagonista do planejamento e da execução desta política; e, por outro lado, se o objetivo desta política pública nas inserções social e produtiva de agricultores familiares de baixa renda para promoção do desenvolvimento rural local está sendo atingido no município de Tunas do Paraná-PR.

A hipótese de pesquisa sugere que, mesmo sendo caracterizados como agricultores familiares prioritários em virtude de estarem no Território da Cidadania, o público alcançado pelo programa ainda é predominantemente formado pelos agricultores mais capitalizados no interior do território. Isso decorre da necessidade de organização para operar o programa, o que pressupõe acesso a informações, atores e recursos, aos quais geralmente, são os agricultores mais inseridos nas organizações sociais e nos mercados que conseguem acessar, respondendo às exigências formais e informais do programa, sobretudo no planejamento de produção para manter frequência e quantidade de entrega.

Esta análise sugere que, por oferecer a segurança do acesso regular a mercados institucionais, inaugurando as ações do estado em políticas de comercialização para a agricultura familiar, abarcando uma questão que ainda estava ausente das demais políticas de financiamento, o PAA apresenta importância significativa para além das políticas públicas tradicionalmente direcionadas ao segmento da agricultura familiar, mas também nas organizações produtivas e sociais dos atores locais.

De modo geral, programas que objetivam inclusão produtiva e geração de renda buscam garantir um processo sustentável de desenvolvimento das capacidades econômicas de seus beneficiários. Nesse contexto, a escala territorial assume um papel crescente enquanto unidade de planejamento e intervenção para inclusão social através do desenvolvimento local.

Este desenvolvimento torna-se ainda mais necessário nos chamados Territórios da Cidadania. Constituídos a partir de 2008 através da mobilização de 22 ministérios do Governo Federal, o objetivo deste programa é promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, universalizando programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, implementada a partir de três eixos: ação produtiva, cidadania e infra-estrutura.

Para a determinação destes territórios, o programa utilizou-se dos critérios definidos em 2003 pelo MDA para seleção dos Territórios Rurais, visando ampliar as ações do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Estes territórios, portanto, tratavam-se de delimitações de regiões com municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental e pela identidade e coesão social e cultural.

Ao todo, são 120 Territórios que englobam 1.852 municípios (32,9% do total) e uma população de 42,4 milhões de habitantes (23% da população total). São 13,1 milhões da população rural (46% do total) e, dentre estes, 1,9 milhão de agricultores familiares, correspondendo a 46% do total do País.

Dentre os 60 Territórios da Cidadania definidos ainda em 2008, o Vale do Ribeira foi assim determinado por se tratar de uma região com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Do seu lado paranaense, abrange sete municípios, onde vivem 100.821 pessoas, das quais 43.103 no meio rural, o que representa

aproximadamente 42,8% do total da população. Destes, 13% são classificados como agricultores familiares, num total de 5.596 pessoas (MDA, 2010).

A escolha do município de Tunas do Paraná-PR como objeto desta pesquisa deve-se às experiências obtidas neste município durante o período de estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP-UFPR) e, após graduada, como Engenheira Agrônoma da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇÚ) e agente de assistência técnica e extensão rural (ATER) para um total de 90 famílias no município, oriundo da Chamada Técnica nº078/2010 do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. O projeto contratado consiste em 4 etapas, sendo a elaboração dos diagnósticos das unidades de produção familiar (UPFs) aqui analisados a primeira delas.

Por sua vez, a escolha do PAA como foco desta pesquisa se deve ao fato do programa ter sido especialmente desenvolvido para a agricultura familiar, buscando a promoção da inclusão produtiva destes, principalmente aqueles em situação de pobreza extrema. Contudo, além do próprio programa, existem outras ações estruturantes para que o PAA atinja este objetivo, como o Plano Brasil Sem Miséria, lançado em junho de 2011 pelo Governo Federal, que objetiva ampliar o PAA e elevar a renda e as condições de bem-estar das famílias extremamente pobres (até R\$70,00 por pessoa), promovendo sua inclusão social e produtiva.

Na área rural, onde se encontra 47% do público-alvo do plano, a prioridade é aumentar a produção de alimentos para comercialização através da disponibilização de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), água, sementes certificadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tecnologias adequadas para cada região, etc. Quanto ao PAA, o Plano prevê a ampliação de 66 mil famílias atendidas atualmente para 255 mil famílias em condições de extrema pobreza até 2014.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006. Trata-se de uma das ações estruturantes do Fome Zero, tendo como objetivos garantir o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, permitir aos agricultores familiares que comercializem seus produtos a preços mais justos, além de promover a inclusão produtiva e social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Para isso, o programa articula a produção com o consumo institucional de alimentos através de mecanismos de operacionalização diferenciados, adquirindo alimentos diretamente dos agricultores familiares com dispensa de licitação e destinando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e/ou buscando restabelecer estoques estratégicos de alimentos junto a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Ao mesmo tempo, busca fortalecer o setor da agricultura familiar gerando emprego e renda no próprio meio, e desenvolvendo o 'rural'.

Atualmente, o PAA é amplamente utilizado como propulsor do desenvolvimento regional rural através da produção local para comercialização em circuitos de proximidade, além de ser o principal canal de comercialização de produtos e um dos principais motivos pelo qual são criadas organizações na agricultura familiar.

Entretanto, para o efetivo desenvolvimento de uma região faz-se necessária a participação dos atores locais na definição dos objetivos, estratégias e metodologias a serem empregadas, considerando as concepções de pobreza e de desenvolvimento de seus beneficiários.

Dado o interesse principal de identificar o perfil dos participantes do PAA e seu processo de adoção por estes agricultores e pela associação em questão, restringiu-se esta

pesquisa a uma localização geográfica específica, a fim de aprofundar a análise. O universo amostral desta pesquisa serão os 18 participantes da Associação de Produtores de Tunas do Paraná – APROTUNAS – e suas unidades de produção familiar.

A pesquisa consiste na análise dos dados obtidos pelos diagnósticos realizados pela autora através da contratação pela Chamada Técnica nº078/2010 do MDA (ANEXO 01). Os diagnósticos fornecerão as informações primárias – utilizadas de forma conjunta no processo de análise – obtidas pela realização de entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares beneficiários do PAA.

As demais informações utilizadas foram obtidas através de entrevista informal, com questões que ultrapassam o limite do diagnóstico, como também das instituições envolvidas nesta análise, como o MDS, MDA, CONAB, IBGE, dentre outras.

A análise é comparativa entre dados da pesquisa realizada no local objeto do trabalho e informações disponibilizadas em documentos e na transparência pública por estas instituições sobre o programa e sua execução a nível nacional.

Dada a complexidade destas informações, buscou-se, portanto, atingir um ponto de saturação quanto às informações coletadas para verificação do perfil socioeconômico destes agricultores.

A monografia está dividida em 3 capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as principais características do Território do Vale do Ribeira dos estados de São Paulo e, principalmente, do estado do Paraná. No capítulo subsequente são descritas as características da agricultura familiar e das duas principais políticas públicas de redução de pobreza e inclusão social e produtiva no campo, o PAA e o PRONAF. No terceiro e último capítulo são analisadas as características e estruturas familiares dos agricultores associados à

APROTUNAS, bem como sua produção, suas propriedades e a gestão dos dois projetos de PAA, um concluído em 2009/10 e o outro recém contratado, de 2011/12.

## Capítulo 1 - O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira abrange a região Sudeste do estado de São Paulo e o Nordeste do Paraná, tendo como divisão político-administrativa o rio Ribeira e o rio Pardo. Estrutura-se a partir da bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape (FIGURA 01), estendendo-se desde o litoral sul de São Paulo até o litoral norte do Paraná, adentrando a oeste pelos municípios que fazem parte da mesma bacia hidrográfica.

FIGURA 01: Bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.



Fonte: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/junho2006/ju327pag12.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2006/ju327pag12.html)

No total, são 24.192,10 km<sup>2</sup> distribuídos em 25 municípios paulistas e 7 municípios paranaenses, totalizando 32 municípios. O Vale possui 544.146 habitantes e destes 158.098 vivem na área rural, correspondentes a 29,1% da população total. Dentre os que vivem nas áreas rurais, 12.633 são classificados como agricultores familiares, representando 8% do total

da população rural da região, conforme os dados do Sistema de Informações Territoriais publicados no Portal da Cidadania (2011) e apresentados na TABELA 01:

TABELA 01: Resumo dos dados referentes ao Território Vale do Ribeira.

Território Vale	Território km <sup>2</sup>	Nº de municípios	IDH Médio	Nº de habitantes	População Rural	% do total	Nº de AF	% do total
SP	18.112,80	25	0,75	443.325	114.995	25,9	7.037	6,1
PR	6.079,30	7	0,69	100.821	43.103	42,8	5.596	13,0
	<b>24.192,10</b>	<b>32</b>	<b>0,72</b>	<b>544.146</b>	<b>158.098</b>	<b>29,1</b>	<b>12.633</b>	<b>8,0</b>

*Dados: Sistema de Informações Territoriais e IBGE.*

A região apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado de São Paulo, 0,75 em média, e é ainda mais agravante no estado do Paraná, com média de 0,69. Mesmo localizado próximo a duas capitais consideradas altamente desenvolvidas como Curitiba e São Paulo, e tendo sido uma das primeiras e mais exploradas regiões brasileiras no período colonial e imperial, o Vale do Ribeira apresenta-se entre as regiões menos desenvolvidas e mais pobres dos estados a que pertence (ANDRADE, 2003).

Diante desta realidade, o Vale do Ribeira foi incluído como Território da Cidadania pelo Governo Federal em 2008, em ambos os estados. Essa decisão contemplou diversos critérios, destacando-se o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir disso, a região passou a ser considerada prioritária à implementação de um conjunto de políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida da população local.

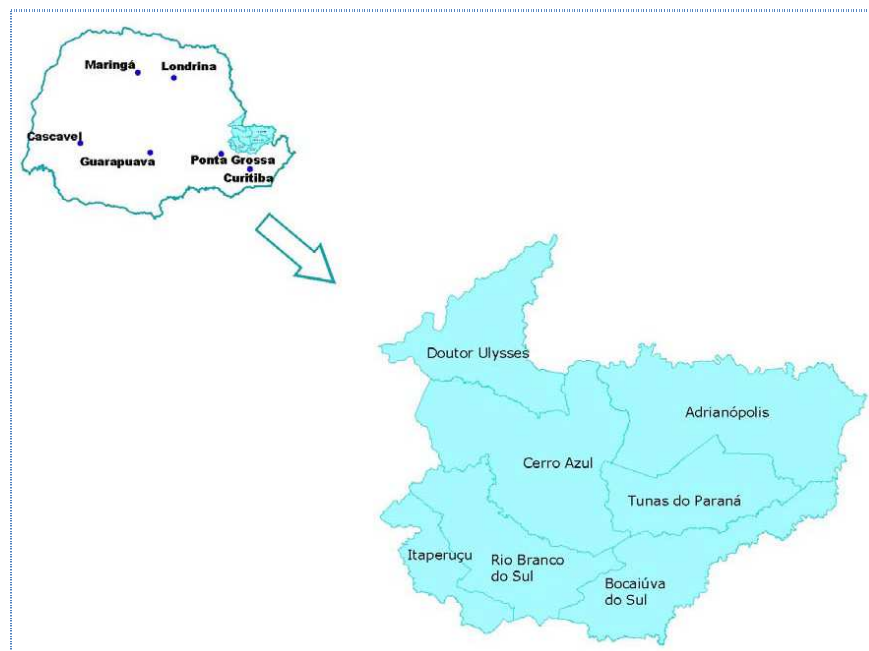
### **O Vale do Ribeira Paranaense**

Do seu lado paranaense, o Vale é composto pelos municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do



Paraná. O Território localiza-se no primeiro planalto e abrange uma área de 6.079,30 km<sup>2</sup>, correspondendo a 3,1% do território estadual (199.316,694 km<sup>2</sup>, segundo o IBGE). Faz fronteira a leste e ao norte com o estado de São Paulo. A noroeste e a oeste faz divisa com o território Ponta Grossa, e a sudoeste e sul, com o território Metropolitana de Curitiba (FIGURA 02).

FIGURA 02: Localização do Vale do Ribeira – Paraná. Fonte: IPARDES.



Fonte: IPARDES, 2007.

Segundo o IBGE, os municípios do Vale do Ribeira paranaense apresentaram na Contagem Populacional de 2000 uma população de 90.708 habitantes, dos quais 43.212 viviam na área rural, 42,75% do total. Já no último censo, em 2010, constatou-se o aumento da população para 100.821 pessoas (10%), representando 1,0% da população estadual, de

10.266.737 habitantes (IBGE, 2010). Deste, têm-se o aumento da população urbana em 17,7% e a diminuição da população rural em 0,25% (TABELA 02).

TABELA 02: População por situação de domicílio segundo municípios do Vale do Ribeira – PR.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO					
	2000			2010		
	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL
Adrianópolis	1.613	5.394	7.007	2.060	4.316	6.376
Bocaiúva do Sul	3.562	5.488	9.050	5.128	5.859	10.987
Cerro Azul	3.916	12.436	16.352	4.808	12.130	16.938
Doutor Ulysses	701	5.302	6.003	929	4.798	5.727
Itaperuçu	16.234	3.110	19.344	19.956	3.931	23.887
Rio Branco do Sul	20.049	9.292	29.341	22.045	8.605	30.650
Tunas do Paraná	1.421	2.190	3.611	2.792	3.464	6.256
<b>TERRITÓRIO RIBEIRA</b>	<b>47.496</b>	<b>43.212</b>	<b>90.708</b>	<b>57.718</b>	<b>43.103</b>	<b>100.821</b>

*Dados: IBGE, Censos de 2000 e 2010.*

O componente migratório, dentre os fatores demográficos, vem tendo um peso substantivo na conformação do quadro populacional regional. O já conhecido processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, principalmente a partir da década de 1970, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais (IPARDES, 2007).

Os municípios que compõem o território Ribeira paranaense não fugiram às características mais gerais que marcaram esse processo. A partir destes dados, pode-se concluir que os emigrantes rurais fixaram-se em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, resultando em saldos migratórios negativos para as áreas rurais.

A porção paranaense caracteriza-se como uma região que permaneceu à margem dos grandes ciclos econômicos do Estado: o ciclo do mate, o ciclo da madeira, a expansão cafeeira

do norte paranaense, a expansão da agricultura de grãos para exportação e, mais recentemente, o processo industrial intensivo.

Essa região tem sua base econômica atrelada, principalmente, à agricultura familiar e ao extrativismo vegetal, mineral e animal (caça e pesca). Segundo o documento da Oficina Territorial do Vale do Ribeira, esta agricultura ocupa 30% do território, emprega 70% da mão-de-obra, gera 60% da arrecadação municipal e contribui com cerca de 20% do PIB regional (IBASE, 2006).

Contrao-se ao seu precioso patrimônio ambiental e cultural, constituído pela vasta extensão contínua de Mata Atlântica conservada e suas comunidades tradicionais, como as de agricultores familiares, caiçaras, quilombolas e indígenas, o total de famílias pobres no território Ribeira, em 2007, era de 9.587, ou seja, 38% do total de famílias. De modo geral, os municípios apresentaram taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegam a alcançar o dobro da média estadual, de 20,9% (IPARDES, 2007).

Entre os vários indicadores que quantificam e qualificam a situação de pobreza, a renda familiar constitui um referencial analítico capaz de expressar aspectos da privação humana relacionados às necessidades básicas insatisfeitas. A forte presença de municípios com predominância de população rural contribui para a maior concentração de famílias pobres nestas áreas, conforme apresentado na TABELA 03:

TABELA 03: Total de famílias e de famílias pobres (renda familiar per capita de até meio salário mínimo), distribuição por situação de domicílio e taxa de pobreza, segundo os municípios do território Ribeira - Paraná – 2007.

MUNICÍPIO	FAMILIAS			FAMILIAS POBRES				
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Distribuição (%)			TOTAL
					Taxa de Pobreza (%)	Urbana	Rural	
Adrianópolis	1 988	108	755	883	43,4	12,5	87,5	100,0
Bocaiúva do Sul	2 544	211	527	738	29,0	28,6	71,4	100,0
Cerro Azul	4 502	337	1 853	2 191	48,7	15,4	84,8	100,0
Doutor Ulysses	1 800	40	876	917	57,3	4,4	95,5	100,0
Itaperuçu	5 371	1 451	463	1 914	35,6	75,8	24,2	100,0
Rio Branco do Sul	8 229	1 373	1 249	2 623	31,9	52,3	47,6	100,0
Tunas do Paraná	963	107	234	341	35,4	31,4	68,6	100,0
TERRITÓRIO RIBEIRA	25 197	3 627	6 957	9 587	38,0	37,8	62,2	100,0
PARANÁ	2 824 283	395 344	194 076	589 420	20,9	67,1	32,9	100,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

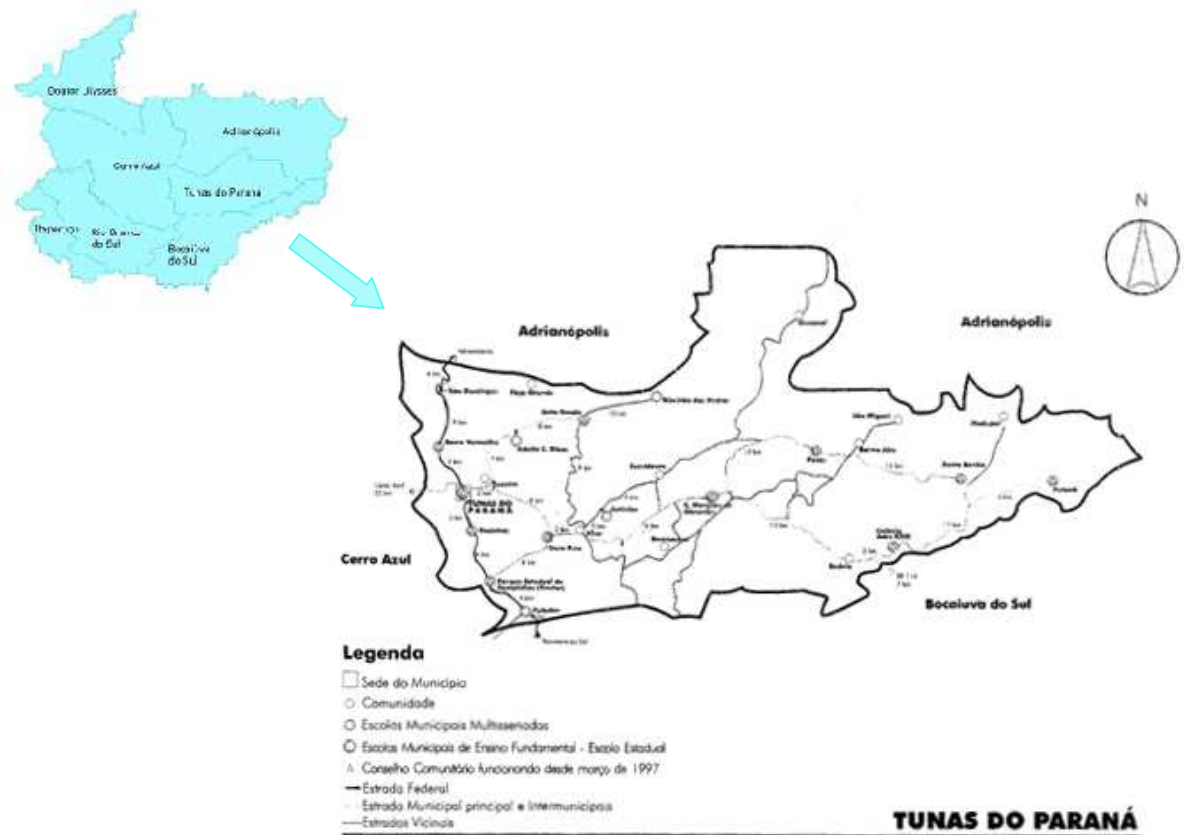
Conclui-se, portanto, que apesar da sua localização geográfica entre duas capitais modelos de desenvolvimento, o que se tem verificado atualmente no Vale não tem oferecido à população as condições necessárias para o pleno desenvolvimento humano.

#### O município de Tunas do Paraná – PR

A escolha do município de Tunas do Paraná-PR como objeto desta pesquisa deve-se às experiências obtidas neste município durante o período de estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP-UFPR) e, após graduada, como Engenheira Agrônoma da Cooperativa Iguazú de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇÚ) e agente de assistência técnica e extensão rural (ATER) para um total de 90 famílias no município, oriundo da Chamada Técnica nº078/2010 do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. O projeto contratado consiste em 4 etapas, sendo a elaboração dos diagnósticos aqui analisados a primeira delas.

O município de Tunas do Paraná é um dos 32 componentes do Vale do Ribeira, compondo o vale paranaense juntamente com outros 6 municípios.

FIGURA 03: Mapa de Tunas do Paraná-PR.

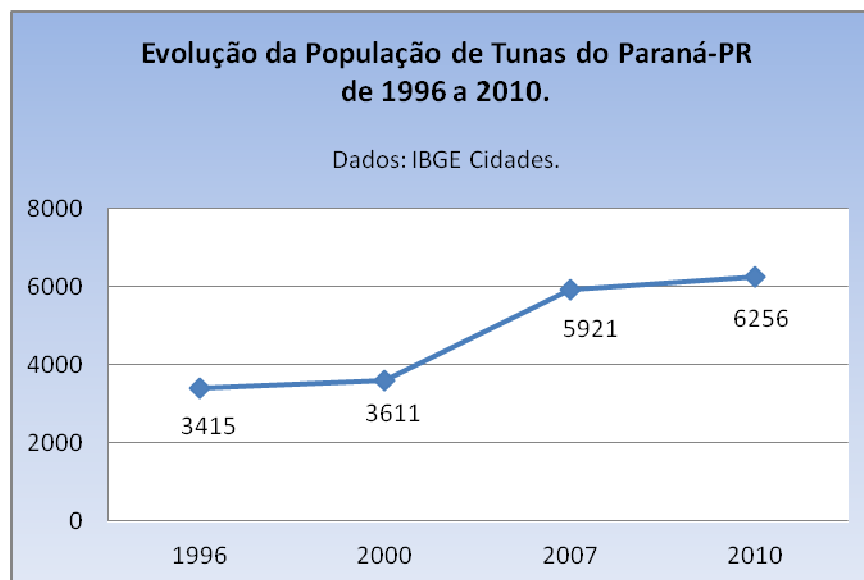


Região conhecida anteriormente como Pedra Preta, chamava-se assim devido ao afloramento da pedra conhecida comercialmente por granito tunas. Entretanto, existe outra versão sobre a origem deste nome, esta amplamente conhecida entre os agricultores mais antigos na região e frequentemente repassada aos mais novatos. A história contada por eles é de que havia na região um estabelecimento no qual funcionavam um restaurante e uma pensão. Ambos os espaços se localizavam no andar térreo da construção, sendo o piso superior o local de moradia de sua dona, conhecida por Dona 'Preta'. Dizia-se então que aquele que se hospedava na pensão dormia no 'Pé da Preta', originando assim o primeiro nome da região.

Em 1990, foi elevado à categoria de município com a denominação de Tunas, pela lei estadual nº 9.236, desmembrando-se de Bocaiúva do Sul. Somente em 1992, através da lei estadual nº 10.231, que foi renomeado como Tunas do Paraná, devido a uma cactácea muito encontrada na região.

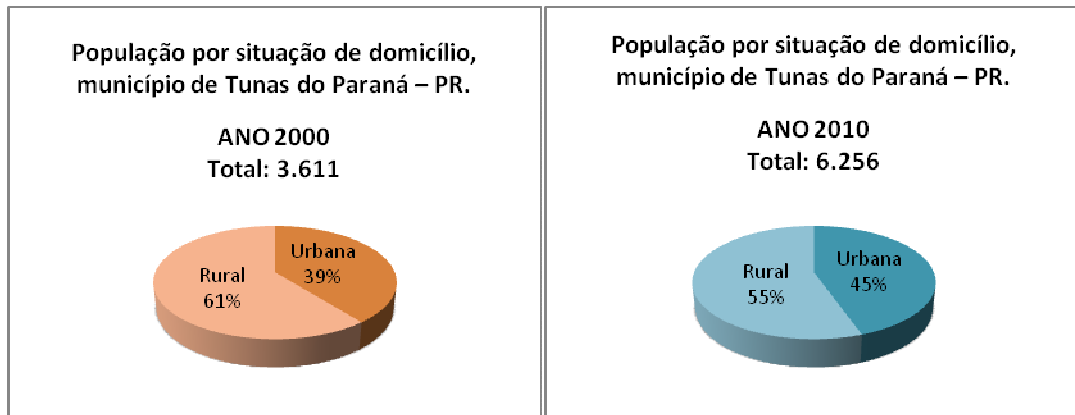
Segundo o IBGE, desde 1996, o município de 668 Km<sup>2</sup> teve sua população aumentada em aproximadamente 84%, indo de 3.415 para 6.256 habitantes (GRÁFICO 01).

GRÁFICO 01: Evolução da população de Tunas do Paraná-PR, de 1996 a 2010.



Segundo a sinopse do censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE (2010), o município têm 2.792 moradores no meio urbano e 3.464 moradores na área rural, representando 55,4% da população total. Comparando-se com o ano de 2000, a população rural teve o aumento de 36,8% e a urbana aumentou em 49,1%, resultando no aumento da população total em 85,9%, conforme os GRÁFICOS 02 e 03:

GRÁFICOS 02 e 03: População por situação de domicílio, município de Tunas do Paraná – PR. Anos 2000 e 2010.



Dados: IBGE, 2010.

Este aumento da população deve-se em grande parte ao recrutamento de trabalhadores pelas empresas reflorestadoras para atividade florestal. Mesmo com a baixa remuneração oferecida, como mostra a TABELA 04, a quantidade de empresas e, por consequência, a quantidade de ofertas de empregos registrados neste segmento acabam por ser decisivas para que estes trabalhadores permaneçam no município.

TABELA 04: Rendimento nominal mensal domiciliar per capita, por classes de renda - 2010.

RENDIMENTO NOMINAL MENSAL	VALORES ATUAIS (R\$)	Nº	%
Até 1/4 de SM	Até 136,25	172	9,6
De 1/4 a 1/2 SM	136,25 - 272,5	508	28,3
De 1/2 a 1 SM	272,5 - 545,0	564	31,4
De 1 a 2 SM	545,0 - 1.090,0	331	18,5
De 2 a 3 SM	1.090,0 - 1.635,0	55	3,1
De 3 a 5 SM	1.635,0 - 2.725,0	35	2,0
Mais de 5 SM	Mais de 2.725,0	15	0,8
Sem rendimento	-	114	6,4
<b>TOTAL</b>		<b>1.794</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Adaptado do PTDRS Vale do Ribeira, 2011.

Do total de 1.794 domicílios, 69,3% possuem renda nominal mensal per capita de até um salário mínimo no município de Tunas do Paraná. Segundo o IPARDES (2007), a média da composição familiar municipal é de 4 integrantes; sendo assim, considerando-se como linha da pobreza as famílias com renda média equivalente a 2 salários mínimos (renda familiar de ½ salário mínimo per capita - R\$272,50), o município apresenta 1.244 famílias em situação de pobreza e 172 famílias (9,6%) em situação de pobreza extrema<sup>1</sup>.

Estes dados justificam a situação quanto ao IDH municipal de 0,686 que, mesmo tendo aumentado desde 1991, ainda mantém o município em 369º lugar do ranking do estado do Paraná, a frente de apenas 30 dos 399 municípios paranaenses<sup>2</sup>.

Já o Produto Interno Bruto (PIB) calculado para o período 2000-2008 teve um crescimento de 418,09% (TABELA 05), muito superior ao crescimento do PIB do Paraná, no mesmo período, que foi de 159,3%.

TABELA 05: PIB do município de Tunas do Paraná-PR.

ANO	2000	2003	2004	2006	2008	Varição 08/00
Valor PIB	8.059	34.786	22.122	50.186	41.753	418,09

Fonte: Adaptado do PTDRS Vale do Ribeira, 2011.

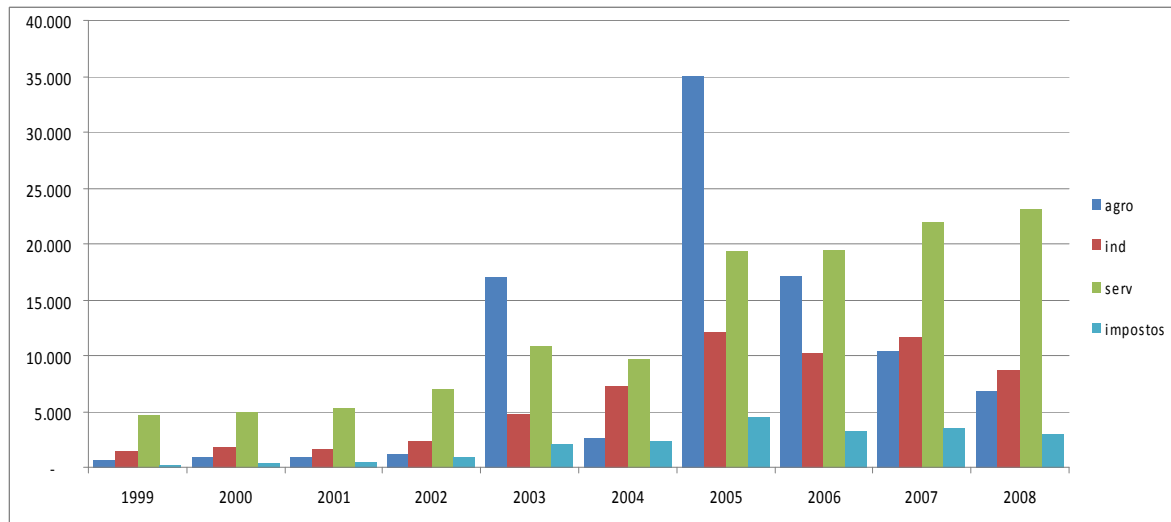
Considerando-se estes valores, têm-se a composição do PIB municipal variando bastante, com o setor de serviços sempre crescente e o agropecuário mostrando uma variação bastante grande de 2000 a 2008, devido principalmente à vinda de empresas madeireiras para a região. Segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS, 2006), o Paraná é o principal produtor de madeira em tora originada de florestas plantadas para movelaria, construção civil e outros fins, com 15,3 milhões m<sup>3</sup> produzidos em 2005, ou 33,4% do total nacional, que foi de 45,9 milhões m<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Segundo o IBGE, a metodologia oficial utilizada como referência no Brasil é de ½ salário mínimo familiar per capita para famílias pobres e de ¼ do salário mínimo familiar per capita para famílias extremamente pobres (indigentes).

<sup>2</sup> Segundo o PNUD, o IDH de Tunas do Paraná no ano de 1991 era de 0,582.



GRÁFICO 04: Composição do PIB do município de Tunas do Paraná-PR.



Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o município de Tunas do Paraná possuía 236 estabelecimentos agropecuários num total de 20.203 hectares. Já em 2009, o levantamento da produção municipal do IBGE concluiu que a produção agropecuária destes estabelecimentos é baseada em produtos hortifrutigranjeiros e na produção de mandioca (1.036 ton/ano, com valor da produção em R\$477.000,00) e feijão (308 ton/ano, com valor da produção em R\$359.000,00).

Como maior e mais comum produção agropecuária da agricultura familiar na região, destacou-se o milho, com 6.780 ton/ano, com rendimento de R\$1.810.000,00 para o total de produção em 1.900 há. Teve produtividade média de 4.520 Kg/ha, ou seja, 31,1% inferior à média paranaense, estimada em 6.557 Kg/ha nos últimos 10 anos - 2000 a 2011 (ANEC, 2011).

A madeira tem forte peso econômico com expansão acentuada sobre áreas de exploração agropecuária, seja por empresas especializadas ou pelos agricultores. De resina foram extraídas 222 toneladas, rendendo 262 mil reais. Ao todo, extraiu-se do município

198.671 metros cúbicos de produtos da silvicultura em 2009, entre lenha e madeira em tora para diversas finalidades, que renderam R\$14.434.000,00 (IBGE, 2009).

## **CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **Agricultura Familiar**

Apesar da agricultura familiar não ser um segmento novo na agricultura, sua definição e caracterização são ainda muito recentes. Anteriormente à esta definição, houveram muitas terminologias de referências à estes agricultores: camponês, pequeno produtor, lavrador e agricultor de subsistência (DENARDI, 2001; WANDERLEY, 2001; SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003).

Nos últimos anos esta caracterização está sendo amplamente utilizada na sociedade, possuindo por fim diversas significações que foram construídas a partir da evolução do contexto social à própria percepção do sujeito local.

A partir dos anos 90, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida pelo governo federal, não somente por sua nova terminologia, mas também pela implantação de políticas públicas diferenciadas para este segmento produtivo, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), assim como na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial (OLALDE, 2007).

Em 1999, após a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criou-se no lugar da Secretaria de Desenvolvimento Rural a chamada Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Com isso, houve a necessidade da definição de critérios mais específicos, que acabaram mais restritivos do que os anteriormente utilizados por pesquisadores e instituições/organizações do setor.

Para o INCRA, por exemplo, a agricultura familiar era definida por apenas duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado.

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. A gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Pode-se dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social (DENARDI, 2001).

No entanto, a definição utilizada para a formulação e execução de políticas públicas no país é a lei nº 11.326 de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

“I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

A partir deste delineamento, a SAF assumiu institucionalmente diversas linhas de ação e programas ligados à agricultura familiar brasileira, com base em quatro eixos norteadores de ações e instrumentos de suas políticas, no sentido de fundamentar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável:

1. Combate à pobreza rural: Integrar e consolidar políticas, ações e programas, de caráter interministerial, alicerçados na garantia de assistência técnica e extensão rural e de renda mínima, no acesso a crédito e no apoio à comercialização;
2. Segurança e soberania alimentar: Valorizar e organizar a oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar;
3. Sustentabilidade dos sistemas de produção: Oferecer apoio necessário para ampliar o número de unidades familiares de produção que adotem práticas, insumos e princípios de manejo ecológico que contribuam para a construção de agriculturas sustentáveis;
4. Geração de renda e agregação de valor: Fortalecer, por meio de alianças estratégicas, modelos e arranjos produtivos que possam promover a cooperação e a concorrência buscando viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.

As informações mais recentes e completas que se têm deste setor são do Censo Agropecuário de 2006 que, pela primeira vez, retratou a agricultura familiar brasileira nas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com esta quantificação, a agricultura familiar pode ser qualificada tanto na esfera pública federal como na sua visibilidade junto à sociedade civil.

Ao todo, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos) ocupando 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Mesmo ocupando apenas um quarto da área agrícola, a agricultura familiar mostrou-se responsável por 38% do valor da produção (R\$ 54,4 bilhões).

Este segmento também foi responsabilizado por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos mais consumidos pelos brasileiros. Destes, destacaram-se em 2006 a produção nacional de mandioca - 87%, a produção de feijão - 70%, do milho - 46%, do café - 38%, do arroz - 34%, do leite - 58%, do plantel de suínos - 59%, das aves - 50%, dos bovinos - 30%, do trigo - 21% e da soja - 16%.

O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil, tendo o valor bruto da produção na agricultura familiar de 677 reais por hectare/ano. Empregando quase 75% da mão-de-obra no campo, sendo 12,3 milhões de trabalhadores estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Estes estudos sobre a agricultura familiar e seus impactos não somente na produção de alimentos, como também na sociedade, serviram de subsídio para a elaboração de programas e ações governamentais específicas para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar através da articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com este setor, promovendo não somente seu bom desempenho, mas também uma saudável distribuição da riqueza nacional.

### **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) teve origem nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS).

Instituído em 2003, pelo artigo 19 da lei nº. 10.696 e regulamentado pelo decreto nº 6.447 de 2008, o PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como aqüicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados.

Tem como principal objetivo o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Estes alimentos são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, atendidas por entidades e instituições que realizam programas sociais locais.

Para participar do Programa, o produtor deve ser identificado como agricultor familiar ou acampado. Essa qualificação é comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos – DAPAA, fornecida pelo INCRA e instituída com a finalidade de proporcionar oportunidades de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos às famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados.

Entre 2003 e 2005, o PAA foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e desenvolvido a partir de parcerias entre a SESAN, governos estaduais e municipais, além da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O mecanismo utilizado pelo MDS para a execução do Programa é a celebração de convênios com os governos estaduais, municipais e com a CONAB com repasse de recursos financeiros aos convenientes, os quais assumem a responsabilidade pela sua operacionalização. Todas as propostas de participação devem ser submetidas à aprovação do

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/COMSEA) ou, na falta deste, de um conselho local atuante, que participará diretamente da execução do convênio, desde a sua aprovação até o acompanhamento e controle social.

A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, com dotação orçamentária própria para operacionalização de duas modalidades do PAA: a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar. As modalidades Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite são executadas pelo MDS. Já a modalidade Alimentação Escolar cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do MEC.

Estas modalidades, assim como as respectivas estruturas governamentais que as operam são apontados na tabela a seguir:



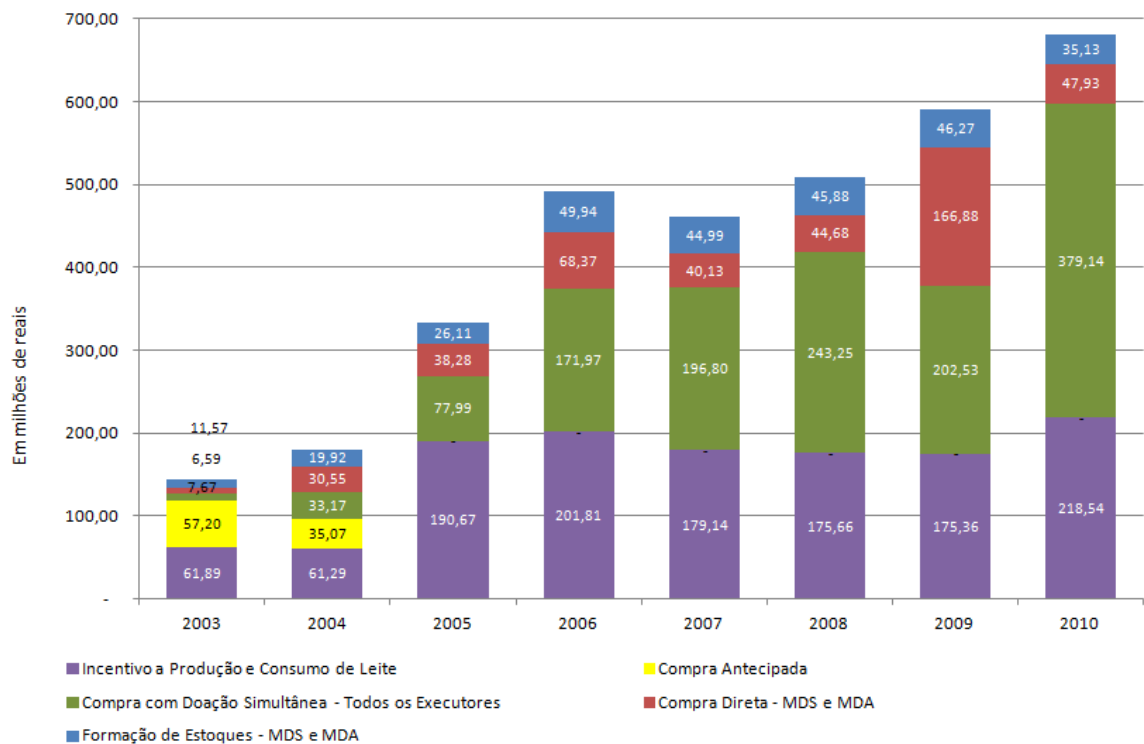
TABELA 06: Resumo das modalidades de PAA.

SIGLA	MODALIDADE	FONTE DE RECURSOS	OPERADOR	ACESSO	DESCRIÇÃO
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo de Leite	MDS	Estados do Nordeste e Minas Gerais	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal	Aquisição de leite e destinação à entidades que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar, até o limite de R\$ 4,5 mil /agricultor familiar/semestre.
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Cooperativa e Associação	Aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos, até o limite de R\$ 8 mil /agricultor familiar/ano.
CPR Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Cooperativa e Associação	Apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor, até o limite de R\$ 8 mil /agricultor familiar/ano e R\$ 1,5 milhão /organização/ano.
CPR Doação - CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea	MDS	CONAB	Cooperativa e Associação	Aquisição diretamente do agricultor, até o limite de R\$ 4,5 mil /agricultor familiar/ano.
CPR Doação - CAEAF	Compra Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea	MDS	CONAB	Cooperativa e Associação	Aquisição de alimentos e destinação à entidades que compõem a Rede de Proteção e Promoção Social que tenham programas e ações de acesso à alimentação, até o limite de R\$ 4,5 mil /agricultor familiar/ano.

Fonte: CONAB, MDS e MDA.

Estes limites são fixados por decretos regulamentadores, assim como a alocação anual de recursos totais para a execução do programa, que tem aumentado o seu orçamento ano a ano, conforme mostra o GRÁFICO 05:

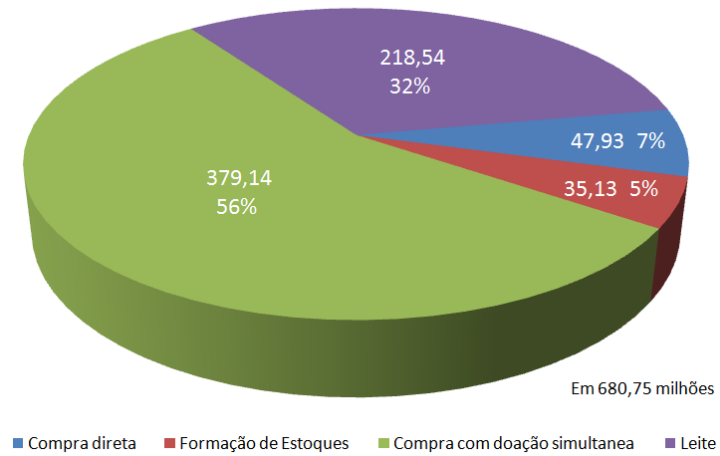
GRÁFICO 05: Evolução da Execução Financeira do Programa, por modalidade no período 2003 – 2010.



Fonte: CONSEA, 2011.

Se em 2003, ano de sua implantação, o orçamento foi de R\$149.150.486,00, nestes 7 anos de execução, o governo federal aumentou em 22% os recursos do PAA. Somente no ano de 2010, o governo federal aumentou a alocação de recursos destinando para o PAA para o total de R\$680.750.000,00, divididos da seguinte forma para cada modalidade (GRÁFICO 06 considerando todas as fontes de recursos e operadores):

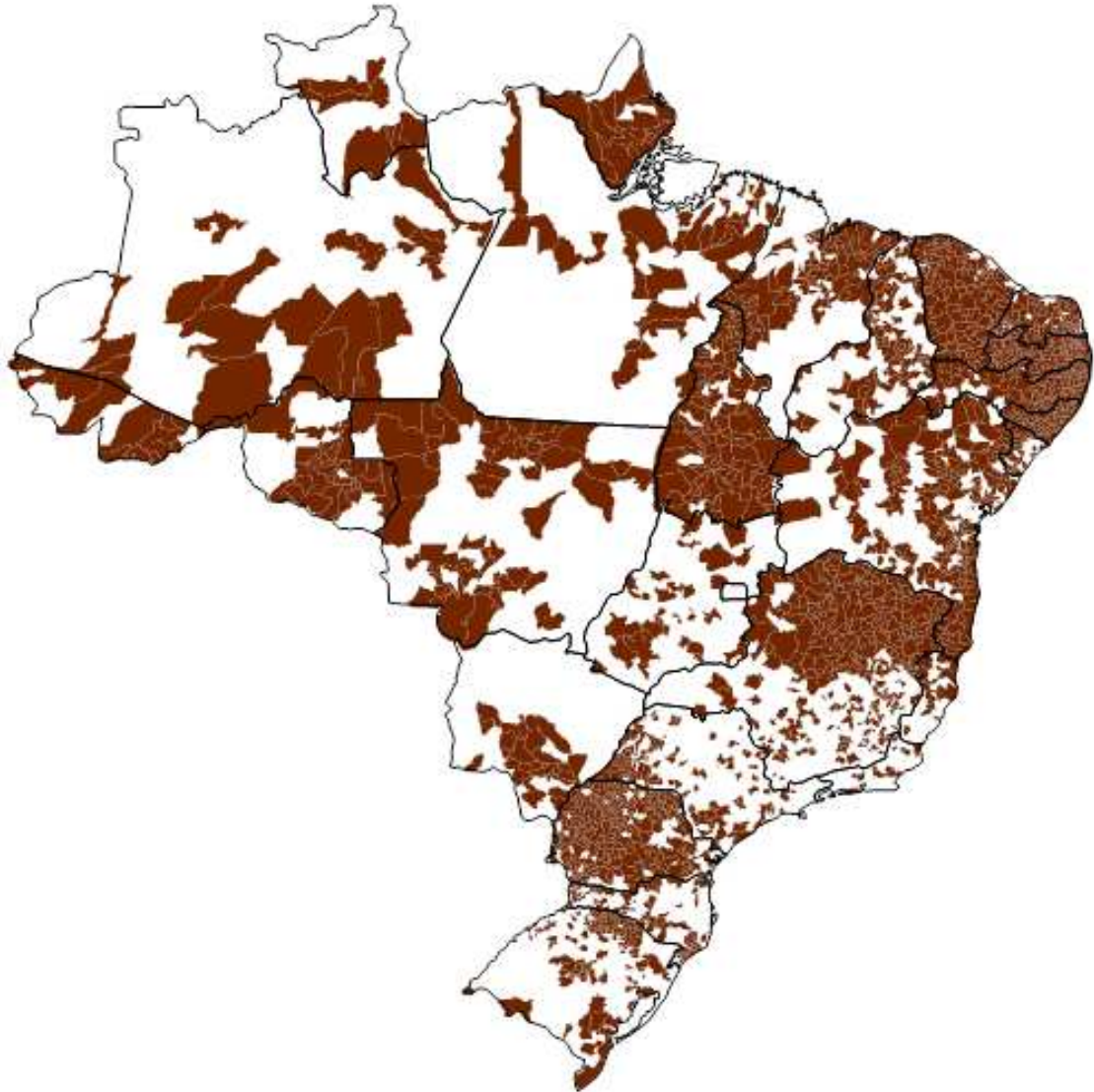
GRÁFICO 06: Execução do PAA em 2010, por modalidade.



Fonte: CONSEA, 2011.

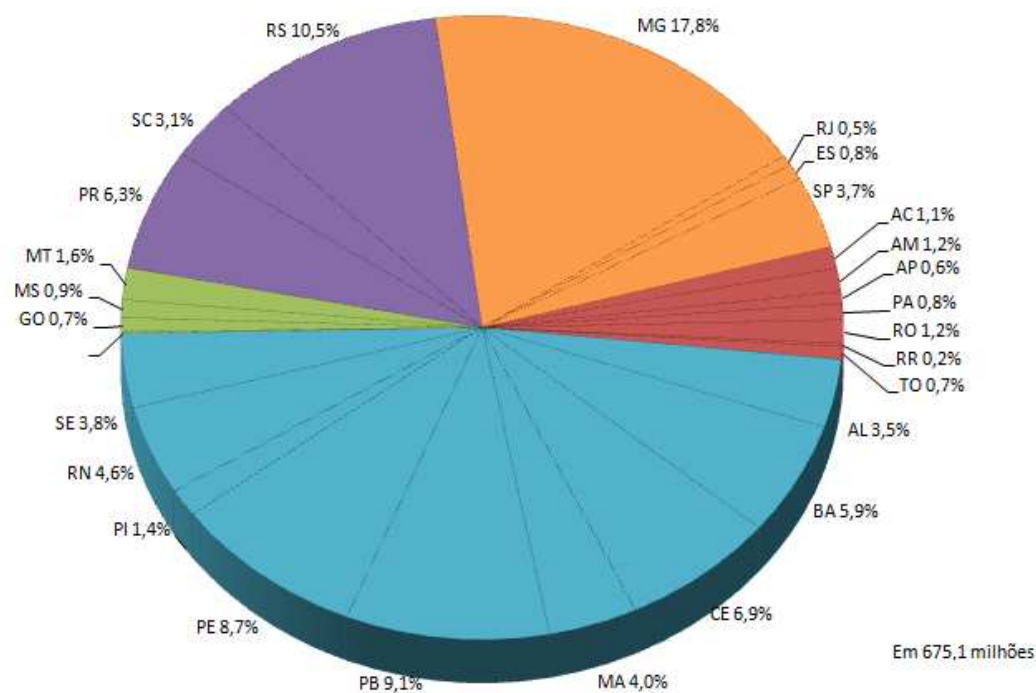
Com isso, o programa vem se expandindo e gerando impactos relevantes na redução da pobreza rural e na segurança alimentar, atingindo todos os estados da federação no ano de 2010, conforme mostram a figura e o gráfico a seguir:

FIGURA 04: Municípios envolvidos no PAA, 2009 e 2010.



Fonte: CONSEA, 2011.

GRÁFICO 07: Distribuição total de recursos do PAA em 2010, por unidade da federação.



Total (t)	39.185.562,62	Total (t)	324.440.352,67	Total (t)	22.730.350,16	Total (t)	154.647.095,77	Total (t)	134.129.781,57
RO	8.172.515,85	PB	61.502.698,61	MT	11.065.449,88	MG	120.335.466,57	RS	70.615.948,77
AM	8.110.803,93	PE	58.626.534,82	MS	6.219.186,55	SP	25.300.855,84	PR	42.557.416,41
AC	7.604.866,80	CE	46.755.638,14	GO	4.903.153,48	ES	5.549.710,85	SC	20.956.416,39
PA	5.575.946,88	BA	39.877.491,82	DF	542.560,25	RJ	3.461.062,51		
TO	4.404.115,97	RN	31.279.779,93						
AP	4.223.988,19	MA	26.890.342,27						
RR	1.093.325,00	SE	25.912.547,91						
		AL	23.926.357,99						
		PI	9.668.961,18						

Fonte: CONSEA, 2011.

O PAA vem se consolidando como um importante programa entre as possibilidades de suporte à agricultura familiar no Brasil (CHMIELEWSKA, SOUZA & LOURETE, 2010). O programa, portanto, tem se constituído não somente em um importante fator de melhoria das condições de trabalho e renda no meio rural brasileiro, mas também na ampliação de estoques de alimentos para atender a populações específicas, aumentando o acesso aos alimentos pela população mais carente e, assim, reforçando um dos pilares da política de segurança alimentar e nutricional.

### **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

A aptidão para participação no programa é dada através da obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo documento obrigatório para acessar as linhas de crédito disponíveis. Esta é fornecida gratuitamente e emitida por órgãos públicos e entidades de classe devidamente credenciados pelo MDA, e válida por seis anos, a contar da data da emissão.

Esta declaração não só identifica a família como beneficiária do PRONAF, como mostra a que grupo a família pertence, sob as seguintes condições: a) explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; b) residam na propriedade ou em local próximo; c) possuam, no máximo 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária); d) tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento; e) tenham renda bruta anual dentro dos limites do programa.

O item 'e' possui determinações para classificação própria do programa, sendo suas principais linhas de financiamento conhecidas como (TABELA 07):

TABELA 07: Resumo dos principais grupos de enquadramento do PRONAF.

GRUPO	LIMITE DA RENDA BRUTA ANUAL FAMILIAR	CARACTERÍSTICAS
A	R\$ 14.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trata-se de investimento para estruturação inicial do lote, de acordo com os projetos técnicos.</li> <li>• Limite: R\$ 20 mil, financiáveis em até 03 (três) operações.</li> <li>• O limite pode ser elevado para até R\$ 21.500,00 quando contemplar a remuneração de assistência técnica.</li> <li>• Juros: 0,5% ao ano.</li> <li>• Bônus de adimplência de 40%.</li> <li>• Prazo: até 10 (dez) anos, com até 03 (três) anos de carência.</li> <li>• A carência pode ser elevada para até 05 (cinco) anos se a atividade requerer e o projeto técnico comprovar.</li> </ul>
A/C	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o primeiro crédito de custeio dos agricultores que já acessaram o investimento do Grupo A.</li> <li>• Limite: até R\$ 5 mil.</li> <li>• Juros: 1,5% ao ano.</li> <li>• Prazo: até 02 (dois) anos para custeio agrícola e até 01 (um) ano para custeio pecuário e custeio para agroindústria.</li> </ul>
B	R\$ 6.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crédito de investimento para atividades agropecuárias e não agropecuárias, geradoras de renda para a família.</li> <li>• Limite: até 03 (três) operações de, no máximo, R\$ 2.500,00 por operação</li> <li>• Juros: 0,5% ao ano.</li> <li>• Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 7.500,00</li> <li>• Prazo: até 02 (dois) anos</li> </ul>
V (Custeio)	Acima de R\$ 6.000,00 até R\$ 110.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custeio de atividades agropecuárias e não agropecuárias.</li> <li>• Até R\$ 10 mil, juros de 1,5% ao ano.</li> <li>• De R\$ 10 mil até R\$ 20 mil, juros de 3% ao ano.</li> <li>• De R\$ 20 mil até R\$ 50 mil, juros de 4,5% ao ano.</li> </ul>
V (Investimento)	Acima de R\$ 6.000,00 até R\$ 110.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento para implantação, modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.</li> <li>• Até R\$ 10 mil, juros de 1% ao ano.</li> <li>• De R\$ 10 mil até R\$ 50 mil, juros de 2% ao ano.</li> <li>• Operações coletivas: até R\$ 10 milhões, respeitando o limite individual de R\$ 20 mil, com taxa de juros de 2% ao ano.</li> <li>• Prazo: até 10 (dez) anos, com até 3 (três) anos de carência.</li> </ul>

Dados: FETAEP, 2011.



O Banco Central publicou, em 28 de março de 2008, a Resolução nº. 3.559 promovendo alterações no Capítulo 10 do MCR – Manual de Crédito Rural, que trata do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. As mudanças extinguiram os grupos C, D e E, criando um escalamento nos encargos financeiros (taxas de juros) de acordo com o volume de recursos financiado, tanto para o custeio como para o investimento (DESER, 2008).

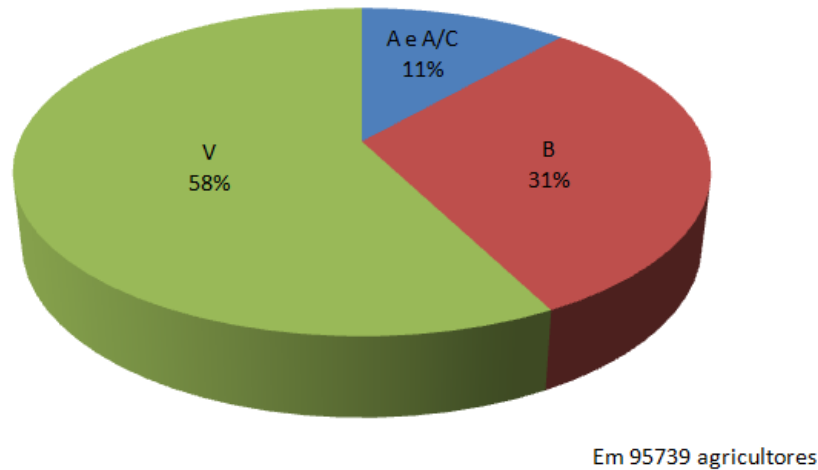
Surge então classificação do Pronaf Agricultores Familiares, conhecido atualmente como grupo V, que possui basicamente as mesmas características antigamente atribuídas aos grupos C, D e E:

- Área até 4 módulos fiscais;
- Mínimo de 70% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento;
- Mão-de-obra familiar preponderante, admitido a contratação eventual de trabalho assalariado, podendo manter até 2 empregados permanentes;
- Renda bruta anual de R\$ 4.000,00 até R\$ 110.000,00, com no máximo 2 empregados permanentes.

### **PAA, PRONAF e a inclusão social e produtiva de agricultores familiares**

Foi estabelecido como um dos principais objetivos do PAA a promoção da inclusão produtiva e social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Porém em 2010, no que tange este objetivo, o PAA acabou por atingir grupos de agricultores mais providos economicamente, conforme demonstra a seguir o GRÁFICO 08:

GRÁFICO 08: Agricultores participantes do PAA por grupo de PRONAF, em 2010.



Fonte: CONSEA, 2011.

Segundo o gráfico apresentado pelo CONSEA (2011), dos 95.739 agricultores participantes do PAA em 2010, 11% estão classificados como pertencentes dos grupos A e A/C, 31% pertencem ao grupo B e, a maioria absoluta de 58% do público total do PAA é classificado como sendo do grupo V do PRONAF.

Isso significa que aproximadamente 10.530 possuem renda bruta anual familiar de até R\$14.000,00; cerca de 29.670 têm renda bruta anual de até R\$6.000,00 e por volta de 55.520 dos agricultores acessantes do PAA possuem renda bruta anual familiar de até R\$110.000,00.

Porém, para o caso do grupo V, como a variação do limite de renda bruta anual familiar possui grande amplitude, o limite de 30% para rendas não-agrícolas acaba por excluir ainda mais os agricultores familiares considerados pobres dos acessos ao PRONAF.

Isso significa que uma família pluriativa que possui renda bruta mensal familiar inferior a R\$1.816,67 com atividades agrícolas (até R\$21.800,00/ano) e um de seus membros receber um salário mínimo de R\$545,00 com atividades não-agrícolas (R\$6.540,00/ano) não

pode acessar o PRONAF, posto que a renda familiar não-agrícola supera o limite de 30% exigido pelo programa<sup>3</sup>.

De acordo com o PNAD, entre 2001 e 2009 a renda média mensal para estas famílias oscilou entre R\$953,00 e R\$1.109,00, valores que, combinados com um salário mínimo mensal oriundo de atividades não-agrícolas, impedem o acesso ao PRONAF.

Porém, segundo Schneider (2005), a combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas pelos membros de uma mesma família parece ser um fenômeno mais acentuado no Sul do Brasil. Sua importância cresceu de significado já que se reflete no mercado de trabalho e à medida que vão se transformando as relações de trabalho e os processos produtivos no espaço rural brasileiro, sobretudo relacionado ao aumento das oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas.

E, de acordo com o IBGE, a densidade domiciliar no Brasil apresentou um declínio de 13,2% no último período censitário, mais acentuado que os 9,6% observados entre os Censos de 1991 e 2000, passando de 3,8, em 2000, para 3,3, em 2010. Esse comportamento persistiu tanto na área urbana quanto na área rural.

Com isso, pode-se concluir que dos 58% de agricultores classificados como do grupo V contabilizados pelo CONSEA, se seguirem a tendência da pluriatividade na propriedade familiar apontada por Schneider e um de seus integrantes remunerado mensalmente por um salário mínimo, estas devem necessariamente receber mais de R\$1.816,67 por mês e R\$21.800,00 por ano. E se estas famílias seguirem a média nacional de 3,3 habitantes por domicílio, receberão mais de R\$550,00/mês/indivíduo, descaracterizando-os como famílias pobres e/ou de extrema pobreza, segundo a metodologia oficial utilizada como referência no Brasil.

<sup>3</sup> Segundo Schneider (2005), são considerados pluriativos os domicílios em que pelo menos um dos membros da família combina a ocupação em atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo esta uma estratégia das famílias rurais e dos indivíduos que a constituem, podendo variar segundo o contexto em que se encontrarem ou mesmo de acordo com os objetivos específicos que estiverem perseguindo para garantir suas condições de vida.

## **CAPÍTULO 3 – A AGRICULTURA FAMILIAR EM TUNAS DO PARANÁ**

### **Associação de Produtores de Tunas do Paraná – APROTUNAS**

A ideia inicial para uma associação no município de Tunas do Paraná-PR vinha no sentido de ser uma organização de apicultores. Entretanto, com o objetivo de incorporar um maior número de possíveis integrantes, mudou-se a temática associativista principal para agricultura familiar, aumentando assim sua área de abrangência e sua representatividade no município.

A princípio, sua formalização seria exclusivamente na expectativa de obter vantagens comerciais com a compra coletiva de equipamentos e insumos. Contudo, após meses de articulações com o poder público local e uma série de reuniões para formação associativista com o técnico da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em parceria com o programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP-UFPR), a associação foi formalizada como sendo uma organização parcialmente responsável pelo fornecimento de alimentos às entidades municipais. Então, no dia 08 de agosto de 2008, funda-se a primeira associação de produtores rurais de Tunas do Paraná, a APROTUNAS.

Composta originalmente por 13 agricultores familiares, em seu primeiro ano a APROTUNAS executou seu primeiro projeto de entrega de produtos através do programa organizado pela prefeitura de Tunas. Este projeto representava uma medida municipal de unir a compra de alimentos para instituições à solução temporária da inviabilidade de comercialização dos produtos agrícolas fora da região. Com isso, produziu alimentos hortifrutícolas para abastecer 6 entidades locais, como escolas, creches e casa de idosos,

complementando a alimentação de mais de 2.000 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 30% da população do município.

Em 2010, foi contemplada com o projeto da Eletrosul no valor de R\$27.200,00 para o financiamento de equipamentos para processamento mínimo de produtos hortifrutícolas e equipamentos para fabricação de farelo e ração animal. Após a articulação com a prefeitura municipal para a reforma e adaptação do barracão, remanescente do projeto Paraná 12 meses e de posse da associação desde 2007, ambos serão inaugurados até o final de 2011.

Também em 2010, a APROTUNAS assinou o contrato de cessão de uso da antiga escola municipal para servir de sede da associação. Neste local são realizadas as reuniões e, temporariamente, a recepção dos produtos para conferência e, a partir dali, o encaminhamento para as entidades participantes dos projetos de aquisição de alimentos, tanto o estadual quanto o municipal. A partir de 2012, a intenção é de que a entrega seja realizada diretamente no barracão para que estes procedimentos sejam adicionados à higienização e padronização dos produtos.

Na sede da associação atualmente também funciona a cozinha comunitária do grupo Ouro do Vale, formado em 2010 e composto basicamente pelas mulheres dos agricultores associados à APROTUNAS. Os equipamentos utilizados por elas foram oriundos também de uma cessão de uso pelo Ministério do Trabalho, através da ITCP-UFPR.

Como parte integrante da APROTUNAS, o grupo Ouro do Vale nasceu com o objetivo de construir formas alternativas de geração de renda, valorizando a produção e comércio locais, garantindo às mulheres o direito ao trabalho digno. Trabalha com panificação, processamento e beneficiamento mínimo de produtos hortifrutícolas, os quais a quase um ano complementam o abastecimento de algumas escolas e creches municipais

através do programa municipal de aquisição de alimentos e, recentemente, iniciou as entregas a partir do PAA 2011 da APROTUNAS.

No início de 2011, a associação foi intitulada como organização de utilidade pública, fato este que aparentemente aumentou a consciência de responsabilidade social entre os agricultores associados, os quais buscaram aumentar também a contribuição de tempo no envolvimento e de produtos fornecidos para realização de atividades sociais no município.

Atualmente, a associação conta com 18 associados ativos e participantes dos projetos de aquisição de alimentos, como o PAA e o programa municipal, esse que até hoje é um dos principais componentes da renda agrícolas dos integrantes da associação.

#### A comunidade do Ouro Fino

Os agricultores participantes da APROTUNAS residem, em sua maioria, na comunidade denominada Ouro Fino. Essa comunidade está localizada a cerca de 10 km do centro de Tunas do Paraná, e as propriedades onde residem estão quase em sua totalidade à beira da estrada que liga esta comunidade à sede do município.

O acesso dos moradores desta comunidade ao centro do município se dá através de estrada não pavimentada, em condições variáveis durante as diversas épocas do ano. Como transporte coletivo existe somente uma linha de ônibus gratuita três vezes por semana, ligando o centro à colônia Marquês de Abrantes.

A comunicação também é bastante dificultosa, pois existe somente um telefone público disponível na comunidade. Apesar de deter um dos telecentros municipais, são raros na comunidade os agricultores que aprenderam a utilizar este meio. E, por fim, a abrangência de operadores de telefonia celular está somente no centro da comunidade, assim como os

outros meios até agora citados, impedindo que aqueles que residem mais ao interior tenham acesso a qualquer destes meios de comunicação.

#### Os agricultores familiares participantes da APROTUNAS

No que segue, apresentamos uma caracterização dos atuais 18 agricultores familiares associados à APROTUNAS, a partir de uma tipologia que identificou três grupos: Grupo I – Agricultores Tradicionais, Grupo II – Agricultores Dinâmicos e Grupo III – Agricultores Periféricos, conforme a tabela resumo:

TABELA 08: Resumo das características dos três grupos analisados.

CLASSIF. GRUPO	ORDEM	SEXO	CLASSIF. ETÁRIA	HAB/DOM	ENQ. PRONAF	EMIÇÃO DAP	EMISSOR DAP	CONDIÇÃO POSSE DA TERRA	CLASSIF. FUNDIÁRIA	CLASSIF. TRABALHO FAMILIAR	
Tradicionais	1	1	F	61 - 70	3	V	2011	Emater	Proprietário	Média	Pluriativa
		2	M	61 - 70	2	C	2008	Emater	Proprietário	Média	Pluriativa
		3	M	61 - 70	7	C	2008	Emater	Proprietário	Média	Pluriativa
		4	F	61 - 70	2	V	2011	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
		5	M	61 - 70	2	C	2007	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
		6	M	31 - 40	4	C	2007	Emater	Arrendatário	Pequena	Pluriativa
		7	M	41 - 50	6	C	2008	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
		8	M	51 - 60	2	C	2008	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
Dinâmicos	2	9	M	31 - 40	3	V	2011	Emater	Arrendatário	Pequena	Pluriativa
		10	M	41 - 50	5	B	2008	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
		11	M	41 - 50	3	V	2009	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
		12	M	51 - 60	2	C	2008	Emater	Proprietário	Pequena	Agrícola
		13	M	51 - 60	4	V	2011	Emater	Proprietário	Pequena	Pluriativa
		14	M	31 - 40	1	B	2008	Emater	Arrendatário	Pequena	Agrícola
		15	F	31 - 40	4	C	2007	Emater	Arrendatário	Pequena	Agrícola
Periféricos	3	16	M	51 - 60	3	B	2008	Emater	Proprietário	Pequena	Agrícola
		17	M	31 - 40	1	C	2008	Emater	Arrendatário	Pequena	Agrícola
		18	M	61 - 70	4	B	2008	Emater	Arrendatário	Pequena	Agrícola



A divisão por grupos não foi exclusivamente baseada em aspectos econômicos, como convencionalmente é feita por diversos sistemas de classificação, mas também e principalmente por aspectos sociais, culturais, étnicos e políticos dos agricultores e seus familiares aqui analisados.

Com isso, identificaram-se oito características comuns entre os grupos para balizar a descrição: origem, grupamento familiar, proporcionalidade de gênero e ocupações, escolaridade, inserção social na comunidade, composição da renda familiar básica, principais atividades agrícolas e não-agrícolas e tamanho e a estrutura da propriedade.

Neste tópico serão abordadas seis características, sendo estas: origem, grupamento familiar, proporcionalidade de gênero e ocupações, escolaridade, inserção social na comunidade e composição da renda familiar básica. O tamanho e a estrutura da propriedade analisados no tópico 3.4 e as principais atividades agrícolas e não-agrícolas no tópico 3.5.

O Grupo I – Agricultores Tradicionais, recebe este nome por se tratarem de agricultores reconhecidos entre as organizações governamentais ou não-governamentais com projetos atuantes no município como “tradicionais”, ou seja, àqueles menos propensos ao risco e pouco receptivos à adaptações de técnicas diferentes do praticado convencionalmente na propriedade<sup>4</sup>.

Este comportamento deve-se ao fato de que estes agricultores são integrantes de famílias tradicionais do município, que herdaram características culturais e comportamentais, de vida e de produção.

Tratam-se dos descendentes de italianos que chegaram à região em 1937. A migração teve como objetivo a construção da estrada do Ribeira, que ligava Curitiba ao estado de São Paulo. Após o término do trabalho, fixaram-se no município.

<sup>4</sup> Segundo a teoria da adoção de Everett Rogers, agricultores “tradicionais” são aqueles menos propensos ao risco e pouco receptivos às técnicas modernas. Essa teoria descreve um processo de decisão que abstrai o agricultor de seu contexto, supondo que a mudança tecnológica é uma decisão individual subordinada exclusivamente a características culturais e comportamentais.

Este grupo abrange um total de 8 famílias, representando 44,4% do total de famílias analisadas, envolvendo ao todo 28 pessoas (48,3% do total). Trata-se de 4 famílias tradicionais do município, com interligações de parentesco de 2º grau entre 3 delas.

São 16 homens e 12 mulheres, sendo entre estes 7 crianças (5 meninos e 2 meninas). Os homens adultos de até 30 anos trabalham em outros setores e os adultos com mais de 40 anos trabalham exclusivamente com a agricultura. As mulheres adultas de até 40 anos trabalham em instituições municipais, como agentes de saúde e professoras, e as adultas com mais de maiores de 40 anos são donas de casa, sendo 2 delas componentes do grupo Ouro do Vale.

A escolaridade é variada, sendo, para os adultos e idosos em torno da 4ª série do ensino fundamental, enquanto os jovens têm uma escolaridade maior, sendo esta até o 3º grau completo.

As famílias desse grupo compõem diversas instâncias políticas do município, desde o trabalho diretamente na prefeitura até a presidência da associação. Também têm amplo envolvimento com atividades sociais, apresentam-se como maioria na composição do colegiado pastoral, inaugurado e votado no mês de setembro de 2011. Em geral, são os que mais disponibilizam tempo para as atividades de organização dos eventos religiosos, como missas, rifas, catequese e festas para arrecadação de fundos para a instituição.

Em geral, são estes agricultores que viabilizam a APROTUNAS, tanto pelo envolvimento político com o poder público local quanto pelo volume e diversificação da produção.

Os costumes herdados dos antepassados ainda perduraram, sendo observados nas propriedades analisadas diversas características comuns, como o desenho e a estrutura das

casas, manutenção de horta muito próxima à casa sede para o consumo familiar e fabricação de vinho, vinagre, doces, embutidos e conservas.

Este grupo possui somente famílias aqui consideradas como pluriativas<sup>5</sup>. Apesar da participação nos projetos de aquisição de alimentos executados pela associação, a renda é composta basicamente pela silvicultura e por atividades não-agrícolas, como estabelecimentos comerciais, trabalhos temporários em diversos ramos produtivos da região e da renda proveniente de aposentadoria.

O Grupo II – Agricultores Dinâmicos, é caracterizado por famílias que vieram de outros municípios, sejam estes do próprio Vale ou não. Trata-se de filhos e netos de agricultores que já moraram em grandes centros urbanos e possuem experiências profissionais bastante diversificadas. A decepção com a rotina corrida e os baixos salários estão entre os principais motivos pelos quais os integrantes deste grupo voltaram à suas origens do campo, buscando no rural a qualidade de vida não conquistada no urbano.

Recebe aqui esta denominação devido ao fato dos agricultores aqui agrupados serem reconhecidos entre as organizações governamentais ou não-governamentais com projetos atuantes no município como “dinâmicos”, sendo sempre os primeiros a serem procurados, seja para conversar sobre uma nova ideia para a agricultura municipal, para instalação de experimentos ou para escrever e iniciar novos projetos para a associação.

Este grupo abrange um total de 7 famílias, representando 38,9% do total de famílias analisadas, envolvendo ao todo 22 pessoas (37,9% do total). Trata-se de 3 famílias, com interligações de parentesco por matrimônio entre 2 delas<sup>6</sup>.

São 11 homens e 11 mulheres, sendo entre estes 7 crianças (3 meninos e 3 meninas). Tanto os homens quanto as mulheres adultas trabalham exclusivamente com a agricultura; com exceção de um adulto, que trabalha em uma madeireira, e uma família, que além de

<sup>5</sup> Foram consideradas aqui como famílias pluriativas aquelas que possuem atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo a renda bruta anual familiar basicamente equilibrada em partes iguais para ambos os setores de ocupação.

<sup>6</sup> Segundo a teoria da adoção de Everett Rogers, os agricultores classificados como “dinâmicos” são aqueles mais propensos ao risco e receptivos à adaptações de técnicas diferentes do praticado convencionalmente na propriedade.

trabalhar na agricultura, possui um estabelecimento comercial no centro do município. Das mulheres adultas, 2 participam do grupo Ouro do Vale.

O nível de escolaridade, em sua maioria, vai até o ensino médio. Há apenas uma pessoa cursando o nível superior de maneira semi-presencial em uma faculdade de Curitiba, com aulas somente aos finais de semana.

O grupo vem participando cada vez mais ativamente das atividades sociais, sobretudo as da igreja da comunidade, sendo um deles recentemente eleito como presidente do colegiado pastoral da igreja católica.

Em geral, são estes agricultores que ‘movimentam’ a APROTUNAS, tanto pelo engajamento nas atividades organizativas da associação quanto pelo volume e diversificação da produção.

Trazem também consigo hábitos culturais como a fabricação de pães, massas e doces, tanto para o consumo familiar como para venda, sendo estes componentes integrantes fundamentais para a renda da família.

Duas destas famílias são responsáveis pela organização e realização das duas únicas feiras do município, sendo uma no centro e outra em uma comunidade próxima à das suas residências.

No total, pode-se contabilizar neste grupo o total de 4 famílias pluriativas e 3 famílias agrícolas<sup>7</sup>. A renda familiar é bastante equilibrada entre a comercialização de produtos agrícolas, seja pelos projetos de comercialização de alimentos executados pela associação ou pelas feiras organizadas pelas famílias, e por atividades não-agrícolas, como aluguéis de casas em outros municípios, trabalho na prefeitura ou estabelecimentos comerciais diversificados.

<sup>7</sup> Foram consideradas aqui como famílias agrícolas aquelas que possuem atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo a maior parte da renda bruta anual familiar composta pelo setor agrícola.

Por fim, o grupo III caracteriza-se por famílias que sempre residiram na região que deu origem ao município de Tunas do Paraná. Moram em casas de madeira, simples e pequenas, comparando-se com as dos demais grupos.

Este grupo abrange um total de 3 famílias, representando 16,7% do total de famílias analisadas, envolvendo 8 pessoas (13,8% do total). Trata-se de 2 famílias sem qualquer ligação de parentesco entre elas.

São 4 homens e 4 mulheres, sendo entre estes apenas 1 criança do sexo feminino. Todos os homens e todas as mulheres adultas trabalham exclusivamente com a agricultura e nenhuma das mulheres adultas participam do grupo Ouro do Vale.

A participação nas atividades da comunidade, assim como o grau de escolarização, são baixos, sendo esse de até a 4ª série do ensino fundamental.

Os agricultores deste grupo sempre trabalharam na agricultura, seja em suas propriedades ou com a venda de mão-de-obra, conhecida popularmente como 'camarada'. Desta forma, a maior parte da composição da renda familiar é proveniente do trabalho agrícola e é complementada pelo trabalho como diarista em propriedades vizinhas. Portanto, têm-se neste grupo somente famílias aqui consideradas como agrícolas.

Devido à isso, os agricultores deste grupo foram convidados pelos demais à participarem da associação com o objetivo de diminuir custos com insumos, viabilizar a comercialização de seus produtos e aumentar a renda destas famílias.

Com exceção de um agricultor que é solteiro e sem filhos, os outros dois componentes deste grupo têm famílias compostas originalmente por mais pessoas, que optaram por residir com suas famílias em outros municípios. Esta falta de mão-de-obra, juntamente com a falta de recursos para investimento em tecnologias que facilitem o trabalho agrícola, inviabiliza a adoção de sistemas produtivos mais intensivos por este grupo. Isto justifica o fato de que

este grupo é o que menos diversifica e aumenta sua produção agropecuária e, por consequência, o que apresenta menor estimativa de renda na propriedade.

De maneira geral, para os três grupos, os associados atualmente apresentam-se em desequilíbrio de gênero, sendo 15 homens (83%) e 3 mulheres (17%). Contudo, em sua formação inicial, a APROTUNAS tinha somente uma mulher associada. Esta mudança deve-se principalmente ao fato da origem do grupo de mulheres Ouro do Vale, que agregou mais 2 associadas diretas à APROTUNAS e 2 não-associadas, porém participantes do grupo.

Por fim, quanto a classificação etária, conclui-se que a APROTUNAS está composta por 12 adultos (67%, até 60 anos) e 6 idosos (33%, a partir de 61 anos), sendo esses mais frequentemente encontrados entre os agricultores Tradicionais, grupo I.

#### As propriedades

Assim como o território do Vale do Ribeira e o município de Tunas do Paraná, todas as propriedades dispõem de abundantes recursos naturais, demandando planos de práticas conservacionistas que a grande maioria das propriedades não possui.

Considerando os aspectos ambientais, pode-se dizer que são áreas com grande potencial hídrico, com nascentes que abastecem a demanda não somente destas propriedades como das propriedades vizinhas. No entanto, há degradação destes recursos, devido à falta de mata ciliar e a passagem dos animais através dos cursos de água. O solo, de matriz geológica pobre, também apresenta fortes sinais de degradação, como aparentes classes de erosão e a falta de cobertura vegetal.

Também de maneira geral, as propriedades apresentam relevo acidentado. A declividade média pode ser classificada como ondulada, variando de 8% (moderadamente

ondulado) a 45% (ondulado) ou mais de 45% (montanhoso ou escarpado), apresentando solos pouco profundos e de baixa fertilidade<sup>8</sup>.

As propriedades do grupo I foram herdadas ao longo de gerações e são consideradas bastante grandes para a região, com média de 64 hectares (ha) de extensão. Possuem motomecanização de médio e pequeno portes frequentemente utilizadas para o preparo e o manejo do solo. Bem estruturadas e próximas umas das outras, formando um aglomerado familiar. As propriedades do grupo II têm em média 13 ha, possuem motomecanização de pequeno porte, utilizada ocasionalmente, apenas para o preparo do solo antes do plantio.

E, com média geral segundo a escritura da terra de 11,3 ha, o grupo III na verdade possui média de aproximadamente 4 ha, pois uma das propriedades analisadas neste grupo não pertence ao agricultor, mas sim à sua sogra, sendo efetivamente utilizada em somente 5 ha.

No município de Tunas do Paraná, o módulo fiscal é de 20 ha, sendo este maior que a média paranaense de 18,6 ha. Isto deve-se à Instrução Normativa nº11 de 2003, estabelecida pelo INCRA, que define em seu art. 1º que cada município deverá fixar seu módulo fiscal expresso em hectares, observando a existência de condições geográficas específicas que limitem o uso permanente e racional da terra, conforme seu § 3.º, em regiões com: a) terras periodicamente alagáveis; b) fortes limitações físicas ambientais; e c) cobertura de vegetação natural de interesse para a preservação, conservação e proteção ambiental.

Ou seja, quanto maiores as limitações do espaço para o desenvolvimento de atividades agrícolas, maior o tamanho do módulo fiscal. Na prática seria a leitura de que nestas regiões faz-se necessária uma propriedade maior para desenvolver as mesmas atividades que seriam desenvolvidas em regiões que não apresentam fortes limitações.

<sup>8</sup> Classificados de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 1999): 0–3 cm.m<sup>-1</sup> (plano), 3–8 cm.m<sup>-1</sup> (suave ondulado), 8–20 cm.m<sup>-1</sup> (ondulado), 20–45 cm.m<sup>-1</sup> (forte ondulado), 45–75 cm.m<sup>-1</sup> (montanhoso) e 75–100 cm.m<sup>-1</sup> (escarpado).

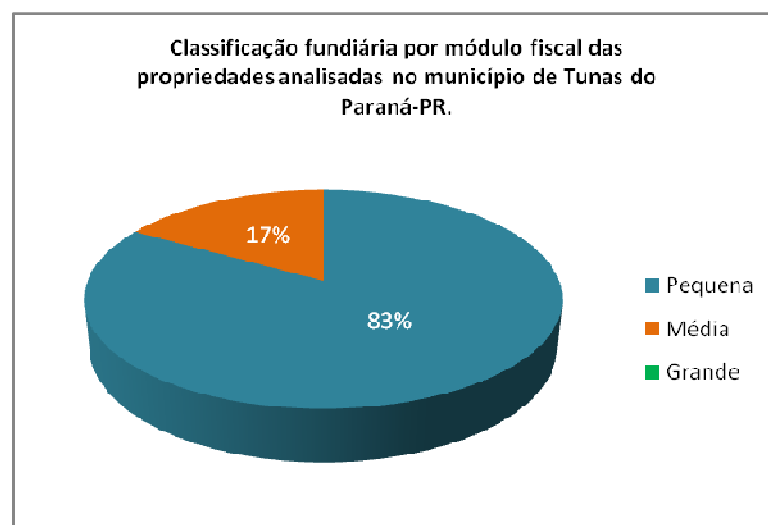
Portanto, a classificação fundiária de imóveis rurais, adaptada para o município de Tunas do Paraná, seria:

TABELA 09: Classificação Fundiária de Imóveis Rurais adaptada para o município de Tunas do Paraná-PR.

CLASSIFICAÇÃO	TIPO	ÁREA (ha)
<b>Pequena Propriedade</b>	Imóvel rural	Entre 20 (vinte) e 80 (oitenta)
<b>Média Propriedade</b>	Imóvel rural	Superior a 80 (oitenta) e até 300 (trezentos)
<b>Grande Propriedade</b>	Imóvel rural	Superior a 300 (trezentos)

Das propriedades analisadas, 83% podem ser classificadas por módulo fiscal como pequenas e 17% como médias, não havendo nenhuma com mais de 300 ha para classificação como grande propriedade<sup>9</sup>, conforme mostram a GRÁFICO 09 e a TABELA 10:

GRÁFICO 09: Classificação fundiária por módulo fiscal das propriedades analisadas no município de Tunas do Paraná-PR.



<sup>9</sup> Definido pelo art. 4º da Lei nº 8.629/93, os imóveis rurais são prédios rústicos de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial. Sua classificação fundiária é balizada pelo módulo fiscal, sendo: *Pequena Propriedade*: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; *Média Propriedade*: imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; *Grande Propriedade*: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

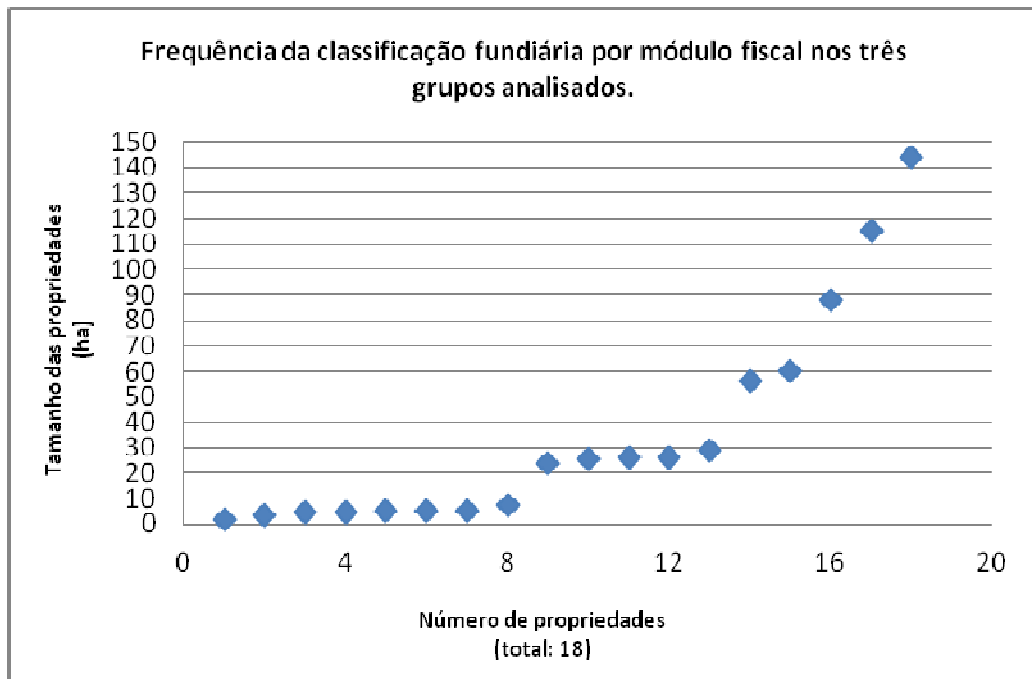


TABELA 10: Classificação fundiária por módulo fiscal e por grupo das propriedades analisadas no município de Tunas do Paraná-PR.

GRUPOS	TAMANHO DA PROPRIEDADE	Nº AGRICULTORES
I	Pequena	5
	Média	3
<b>TOTAL GRUPO I</b>		<b>8</b>
II	Pequena	7
	Média	0
<b>TOTAL GRUPO II</b>		<b>7</b>
III	Pequena	3
	Média	0
<b>TOTAL GRUPO III</b>		<b>3</b>
<b>TOTAL DE PROPRIEDADES</b>		<b>18</b>

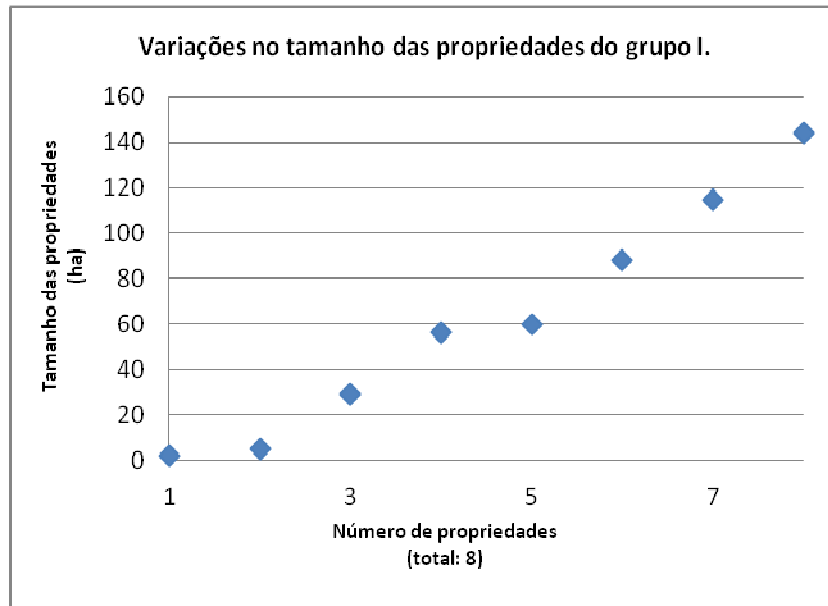
A análise feita por grupos revela que as únicas 3 propriedades de tamanho médio encontram-se no grupo I, representando 17% do total de 18 propriedades. Os grupos II e III apresentam somente pequenas propriedades, sendo os totais de 7 e 3, respectivamente. Esta frequência de classificação fundiária por módulo fiscal nos três grupos analisados aparece claramente no GRÁFICO 10:

GRÁFICO 10: Frequência da classificação fundiária por módulo fiscal nos três grupos analisados.



O grupo I também possui 5 propriedades classificadas como pequenas, estas compreendidas entre 2 e 60 ha, sendo este primeiro desviado pela condição de um herdeiro como arrendatário de seu pai, proprietário deste maior valor apontado, de 60 ha. A outra propriedade com menos de 10 ha mostrada no GRÁFICO 11, trata-se de um caso no qual o proprietário é de família tradicional do município, porém sua herança não se manteve ao longo dos anos.

GRÁFICO 11: Variações no tamanho das propriedades do grupo I.



Nos grupos II e III, as variações no tamanho das propriedades estão mostrados nos GRÁFICOS 12 e 13 a seguir:

GRÁFICO 12: Variações no tamanho das propriedades do grupo II.

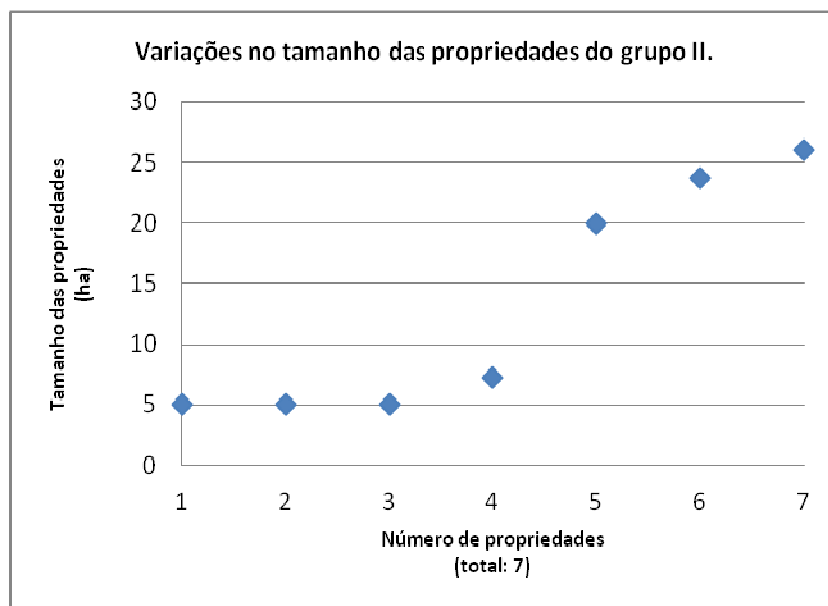
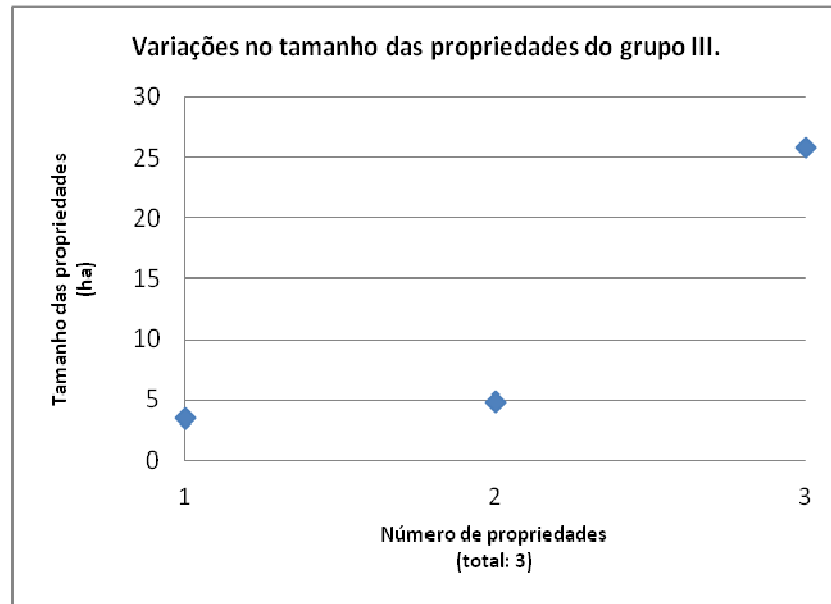


GRÁFICO 13: Variações no tamanho das propriedades do grupo III.

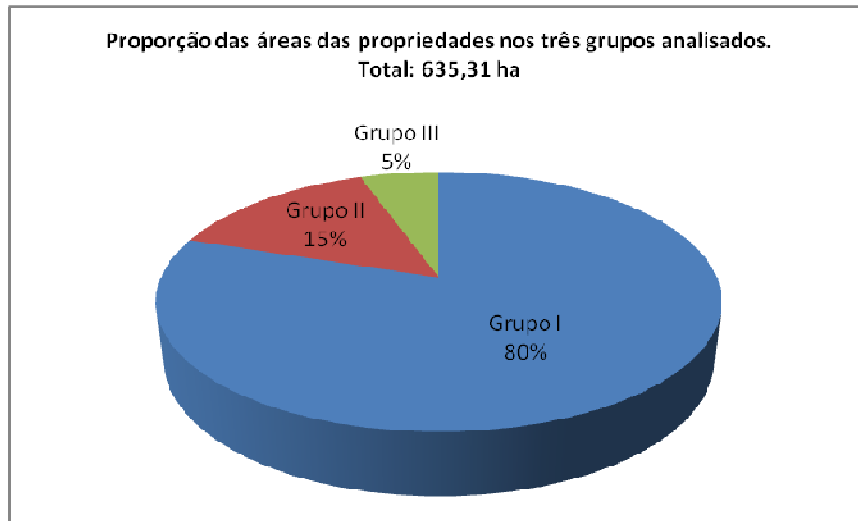


O grupo II, com exceção de duas propriedades de tamanho inferior a 10 ha, é composto basicamente por integrantes da mesma família. Portanto, os três maiores valores são frutos da divisão igualitária de bens da família entre 3 irmãos. As outras 2 propriedades deste grupo são arrendamentos feitos pelos filhos de um destes herdeiros.

A propriedade de maior tamanho do grupo III, destoante das demais mostradas no gráfico 13, pertence na verdade à sogra do agricultor associado. Esta se fosse aqui analisada seria classificada no grupo I.

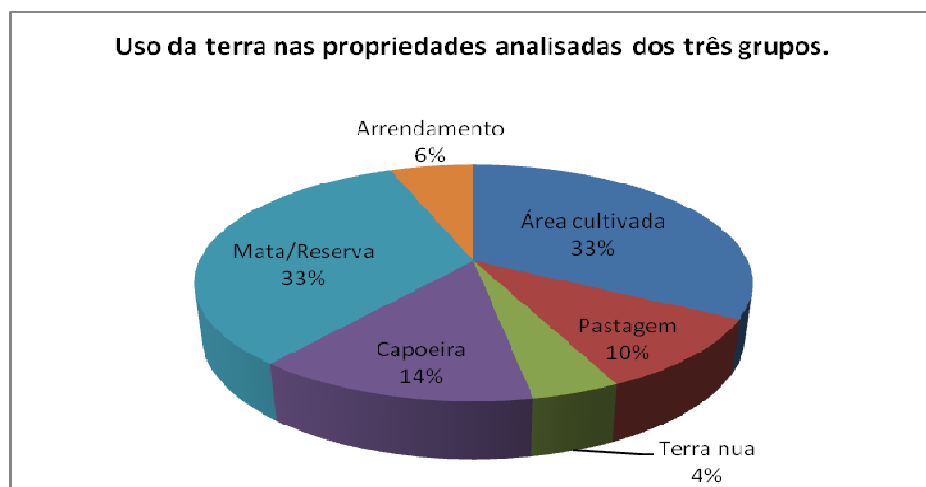
As áreas de todas as propriedades aqui analisadas somam 635,3 hectares (ha), o que corresponde a 6,3 Km<sup>2</sup> e 1% do território total do município de Tunas do Paraná. Destes 635,3 ha, 509,14 ha são a soma das propriedades do grupo I, 92,03 ha são das famílias do grupo II e 34,14 ha do grupo III, conforme o GRÁFICO 14 a seguir:

GRÁFICO 14: Proporção das áreas das propriedades nos três grupos analisados.



A análise sobre o uso da terra dividiu-se em seis categorias: área cultivada, pastagem, terra nua, capoeira, mata/reserva e arrendamento. Analisadas para os três grupos, verificou-se que a maior utilização da terra é dividida entre produção e mata/reserva. Na sequência, vêm a área de capoeira com 14%, a pastagem com 10%, os arrendamentos com 6% e a terra nua com 4% da atual utilização das propriedades (GRÁFICO 15).

GRÁFICO 15: Uso da terra nas propriedades dos três grupos.



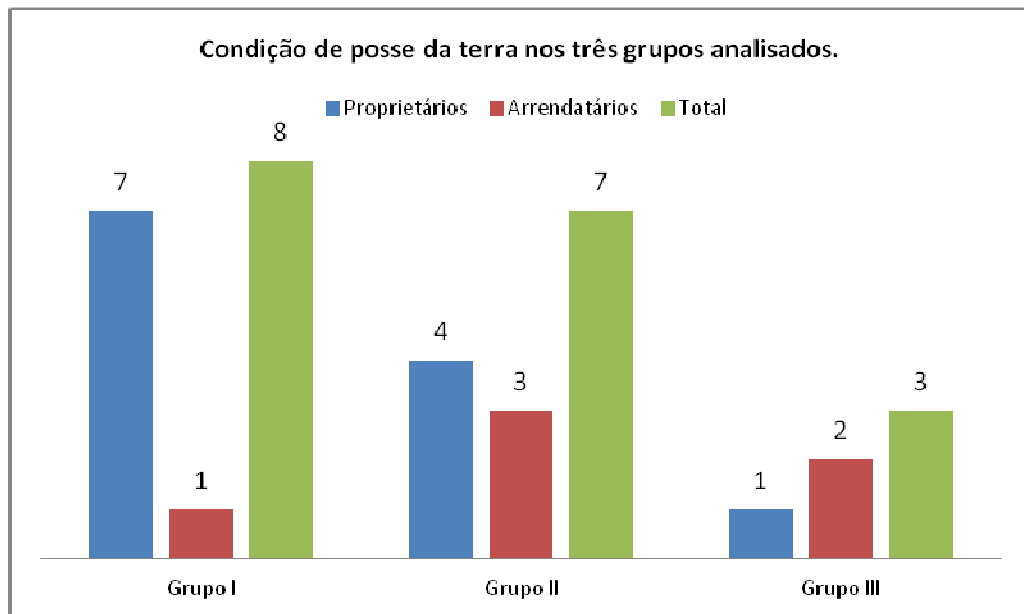
Na análise do uso da terra por grupos (TABELA 11), têm-se que a maior parte das propriedades do grupo I (35,7%) são utilizadas para a produção, sendo em sua maior parte para silvicultura, principalmente no cultivo de pinus e eucalipto. Os grupos II e III utilizam a grande maioria de suas terras como mata/reserva, sendo para esta finalidade 34,1% e 37,5% do total das propriedades respectivamente.

TABELA 11: Uso da terra nas propriedades dos três grupos analisados.

TOTAL GRUPO	ÁREA CULTIVADA	PASTAGEM	TERRA NUA	CAPOEIRA	MATA/RESERVA	ARRENDAMENTO
	(em ha)					
<b>Grupo I</b>						
509,1	181,9	46,9	19,4	71,8	167,3	21,8
%	35,7	9,2	3,8	14,1	32,9	4,3
<b>Grupo II</b>						
92,0	17,4	11,0	5,2	12,0	31,4	15,0
%	18,9	12,0	5,6	13,0	34,1	16,3
<b>Grupo III</b>						
34,1	9,0	6,0	2,8	3,5	12,8	0,0
%	26,4	17,6	8,3	10,3	37,5	0,0
<b>TOTAL GERAL</b>						
635,3	208,3	63,9	27,4	87,3	211,5	36,8
%	32,8	10,1	4,3	13,7	33,3	5,8

Do total de propriedades analisadas, 67% das unidades produtivas são de propriedade dos associados e 33% são de associados usuários na forma de arrendamento, conforma o GRÁFICO 16:

GRÁFICO 16: Condição de posse da terra nos três grupos analisados.



Do total de 7 contratos, 4 foram feitos entre parentes e 3 entre parceiros, não havendo nestes grupos outras condições de posse da terra (TABELA 12). Os contratos de arrendamento, na maioria dos casos, são contratos feitos para obtenção da DAP e, assim, acessar políticas públicas pela associação, como é o caso do PAA.

TABELA 12: Composição dos contratos de arrendamento dos três grupos analisados.

Arrendamentos	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Total
Mesmo grupamento familiar	1	2	1	<b>4</b>
Parceiros	0	1	2	<b>3</b>

Uma situação especial apresenta-se no grupo II, pois o único contrato feito entre parceiros é, na verdade, entre dois associados da APROTUNAS. O arrendador é sogro do irmão do arrendatário, e ambos trabalham juntos na produção.

## A produção

Mesmo com a grande importância regional das atividades produtivas voltadas para o consumo familiar, nesta análise os produtos estão sendo considerados com ambas as finalidades, tanto do autoconsumo quanto da comercialização, não existindo, portanto, distinção nos valores apresentados.

### *Produção Vegetal*

A produção vegetal dos agricultores analisados pode ser classificada como bastante diversificada, destinando-se tanto para comercialização quanto para o autoconsumo, e ambos estão resumidos na TABELA 13:



TABELA 13: Produção Vegetal por grupo, para famílias agrícolas e pluriativas.

PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADE	GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		
			AGRÍCOLAS	PLURIATIVOS	AGRÍCOLAS	PLURIATIVOS	AGRÍCOLAS	PLURIATIVOS	
DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	Hortaliças	Nº ESPÉCIES	0	-	2	0	0	0	-
		1 - 10	-	3	0	3	0	-	
		10 - 20	-	3	0	0	2	-	
		Mais de 20	-	0	3	1	1	-	
	Grãos	Nº ESPÉCIES	0	-	0	0	0	0	-
		1 - 2	-	8	3	4	3	-	
		3 - 5	-	0	0	0	0	-	
		Mais de 5	-	0	0	0	0	-	
	Frutíferas	Nº ESPÉCIES	0	-	2	2	1	0	-
		1 - 2	-	4	1	0	3	-	
		3 - 5	-	1	0	2	0	-	
		Mais de 5	-	1	0	1	0	-	
	Madeira	Nº ESPÉCIES	0	-	5	2	0	3	-
		1 - 2	-	3	1	4	0	-	
		3 - 5	-	0	0	0	0	-	
		Mais de 5	-	0	0	0	0	-	
Beneficiados/processados	Nº PRODUTOS	0	-	5	1	4	3	-	
	1 - 2	-	0	2	0	0	-		
	3 - 5	-	3	0	0	0	-		
	Mais de 5	-	0	0	0	0	-		
<b>TOTAL DO GRUPO</b>			<b>0</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	

De acordo com a tabela anterior, a produção vegetal pode ser dividida entre olericultura, produção de grãos, fruticultura e silvicultura. Ainda apresentam-se na tabela os produtos beneficiados/processados, aqui classificados como doces, geleias, pães, bolachas, vinho, vinagre, etc.

Os três grupos produzem olerícolas, entretanto as famílias agrícolas do grupo II são as mais diversificadas, produzindo cada uma mais de 20 produtos para comercialização.

Todas as famílias entrevistadas produzem grãos exclusivamente para o autoconsumo, seja familiar ou para alimentação animal. Este é o caso das duas únicas culturas apontadas no diagnóstico e, conseqüentemente, na tabela: o milho e o feijão.

O grupo I é o que mais possui fruticultura, com as produções de ameixa, caqui, ponkan e uva, sendo esta última também responsável pelo destaque nos beneficiados/processados devido à cultura familiar na fabricação de vinho e vinagre.

Na silvicultura, o único grupo que não possui nenhuma espécie de árvore comercial da região é o grupo III. Isso deve-se ao fato do alto investimento inicial aliado à condição de posse das terras.

Quanto ao manejo e o planejamento da produção, 100% dos agricultores declararam utilizar a maior parte das sementes do tipo crioulas em suas produções. Todos os agricultores também declararam que já utilizaram e/ou utilizam práticas conservacionistas no preparo e uso do solos, assim como herbicidas, fungicidas ou inseticidas naturais.

Das 18 propriedades analisadas, 100% declararam ter interesse em fazer a transição agroecológica de pelo menos uma área da produção, assim como na obtenção da certificação orgânica. E 55,6% não utilizam agrotóxicos na produção a mais de 2 anos, sendo divididos por grupo da seguinte maneira:

TABELA 14: Utilização ou não de agrotóxicos por grupo analisado.

CONTROLE FITOSSANITÁRIO	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	TOTAL POR GRUPO	%
UTILIZAM AGROTÓXICOS	5	1	2	8	44,4
NÃO UTILIZAM AGROTÓXICOS	3	6	1	10	55,6

Segundo os agricultores, a decisão pela não utilização de agrotóxicos é decorrente de uma série de cursos organizados por instituições e projetos atuantes no município a mais de 2 anos. Nos cursos foram abordadas não somente as receitas comumente utilizadas, com matérias-primas locais e que geralmente diminuem as despesas com insumos, mas também a práxis agroecológica, esta sendo apontada como o aprendizado mais relevante para a tomada de decisão para a utilização das práticas agrícolas ecológicas.

Isso, somado à não utilização de sementes transgênicas, aponta para uma pré-disposição natural desta região como ótimo potencial de produção de produtos e alimentos orgânicos, principalmente de sementes orgânicas certificadas.

### *Produção Animal*

A produção animal dos agricultores analisados é diversificada, destinando-se tanto para comercialização quanto para o autoconsumo, e ambos estão resumidos na TABELA 15:

TABELA 15: Produção Animal por grupo, para famílias agrícolas e pluriativas.

PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADE	GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		
			AGRÍCOLAS	PLURIATIVOS	AGRÍCOLAS	PLURIATIVOS	AGRÍCOLAS	PLURIATIVOS	
DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	Aves	Nº ANIMAIS	0	-	0	0	0	1	-
			1 - 50	-	3	0	0	1	-
			51 - 100	-	1	1	2	1	-
			Mais de 100	-	4	2	2	0	-
	Bovinos	Nº ANIMAIS	0	-	5	0	2	2	-
			1 - 5	-	0	3	2	1	-
			6 - 10	-	1	0	0	0	-
			Mais de 10	-	2	0	0	0	-
	Suínos	Nº ANIMAIS	0	-	5	0	3	1	-
			1 - 5	-	2	1	1	2	-
			6 - 10	-	0	1	0	0	-
			Mais de 10	-	1	1	0	0	-
	Peixes	Nº ESPÉCIES	0	-	6	3	3	2	-
			1 - 2	-	0	0	1	1	-
			3 - 5	-	2	0	0	0	-
			Mais de 5	-	0	0	0	0	-
	Abelhas	CAIXAS	0	-	3	3	4	1	-
			1 - 50	-	0	0	0	2	-
			51 - 100	-	2	0	0	0	-
			Mais de 100	-	3	0	0	0	-
	Beneficiados/processados	Nº PRODUTOS	0	-	7	0	4	3	-
			1 - 2	-	1	0	0	0	-
			3 - 5	-	0	1	0	0	-
			Mais de 5	-	0	2	0	0	-
	<b>TOTAL DO GRUPO</b>			<b>0</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

De acordo com a tabela anterior, a produção animal pode ser dividida entre avicultura (corte e postura), bovinocultura (corte e leite), suinocultura, piscicultura e apicultura. Ainda apresentam-se na tabela os produtos beneficiados/processados, aqui classificados como queijos, manteiga, linguiças, salames, etc.

A produção de aves aparece intensivamente nos três grupos, ao contrário da apicultura, que só aparece comercialmente no grupo I, posto que as duas famílias do grupo III somente possuem 1 caixa ativa, para consumo familiar. Esta situação também se repete na criação de gado, a qual é produzida e comercializada mais intensivamente pelo grupo I.

A suinocultura também é constante nos três grupos, porém o maior número de animais pertence ao grupo II, sendo estes utilizados tanto para carne como para matéria-prima de linguiças e salames comercializados em grande volume nas feiras municipais. Por isso, este grupo é o que mais produz beneficiados/processados de origem animal.

A recente aquisição de equipamentos para instalação de uma mini fábrica de ração pela APROTUNAS no município pode, no futuro, expandir a possibilidade da transição agroecológica também para a produção animal, com elaboração de rações orgânicas pelos próprios associados.

## **O PAA na gestão da APROTUNAS**

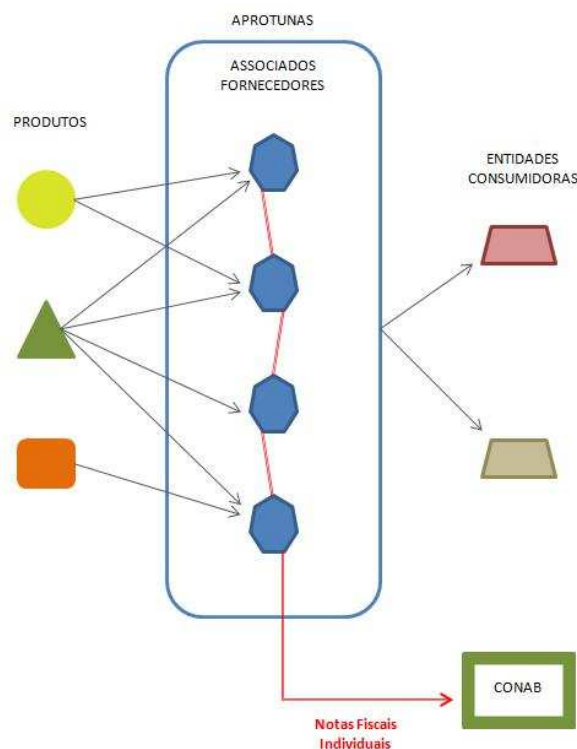
### **O PAA em 2009/10**

O primeiro contrato firmado pela APROTUNAS para executar o PAA foi de janeiro a outubro de 2009, sendo prorrogado até março de 2010 pelo atraso nas entregas devido às férias escolares no início dos dois anos. Tratava-se do contrato da modalidade CPR – Doação,

tipo Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CDLAF), com fonte de recursos do MDS e operado pela CONAB.

Até 2010 a modalidade CPR – Doação do tipo CDLAF do PAA era acessada por associações/cooperativas, porém os produtos eram cadastrados por agricultor. Esses entregavam notas fiscais individuais mensalmente para a CONAB, conforme o esquema ilustrativo a seguir:

FIGURA 05: Esquema ilustrativo da execução do PAA pela APROTUNAS em 2009.



Embora a entrega dos produtos às entidades consumidoras fosse de responsabilidade da APROTUNAS, o projeto configurava-se no contrato direto entre a CONAB e os agricultores, através da entrega de quantidade e volume de produtos cadastrados individualmente para cada associado.

Com esta forma de execução, o associado responsável pela secretaria da associação, encarregado pelo controle e elaboração de todas as notas de todos os associados durante o projeto, relatou em entrevista informal que foram constatados mais pontos negativos do que pontos positivos.

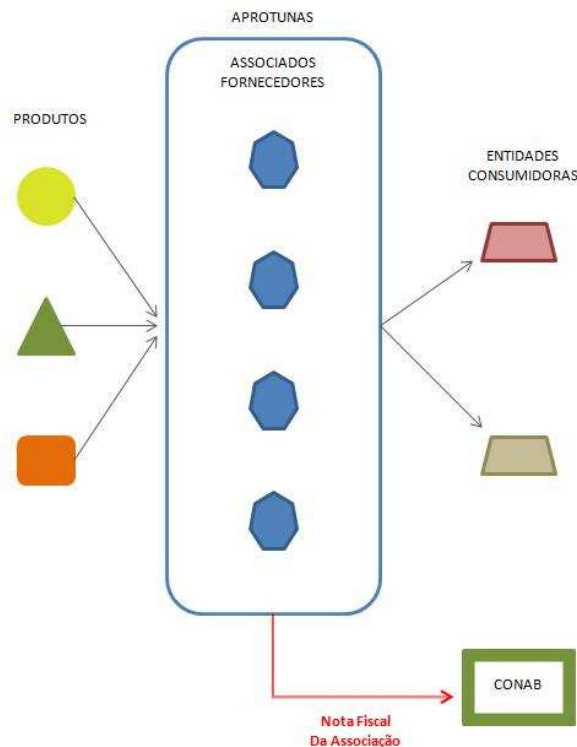
Entre os pontos negativos foram citados: grande volume de informações a serem cruzadas na elaboração das notas fiscais (produto cadastrado por agricultor, volume a ser entregue pelo agricultor, volume a ser entregue em cada entidade consumidora e volume já entregue em cada entidade consumidora), grande volume de documentos a serem elaborados mensalmente (notas fiscais, relatório de entrega de produtos e relatório de recebimento das entidades), morosidade na conferência dos documentos solicitados pela CONAB (a instituição possuía uma grande quantidade de documentos para uma grande quantidade de organizações cadastradas no PAA em todo o estado, sendo inevitável a demora na análise) e, por fim, o processo demorado para correção de documentos (o documento com erro tinha que ser retirado na CONAB em Curitiba, refeito pela associação em Tunas e reenviado para a sede da CONAB).

O único ponto positivo apontado foi a possibilidade da escolha dos produtos e da quantidade a serem entregues por cada agricultor, buscando a adaptação das necessidades das instituições com a habilidade e experiência de cada agricultor na produção de cada produto.

Com o atraso na entrega da síntese do PAA e o atraso na liberação de recursos para contratações do programa em todo o Paraná, a APROTUNAS não executou um segundo PAA em 2010, a associação somente finalizou seu primeiro PAA em março deste ano. Com esta prorrogação, a associação necessitou se adaptar ao novo padrão de execução do projeto estabelecido pela CONAB.

Deste modo, desde o início de 2010, a modalidade CPR – Doação do tipo CDLAF do PAA é acessada por associações/cooperativas, contudo tanto os produtos quanto os produtores são cadastrados pela associação, gerando apenas uma única nota fiscal mensal para a CONAB, sendo esta a nota eletrônica da associação, conforme o esquema ilustrativo a seguir:

FIGURA 06: Esquema ilustrativo da execução do PAA pela APROTUNAS a partir de 2010.



Sendo assim, a distribuição dos produtos por agricultor continua sendo realizada pela associação, porém podendo ser readaptada a qualquer momento dentro do projeto, posto que desta forma o projeto configurava-se no contrato direto entre a CONAB e a APROTUNAS, através da entrega de quantidade e volume de produtos cadastrados coletivamente para toda a associação.

Mesmo com o equívoco na elaboração da primeira nota coletiva manual e, posteriormente, o transtorno da alteração da emissão de notas para o modo eletrônico, esta



nova forma de execução do projeto foi apontada pela secretaria da associação como mais positiva do que negativa.

Entre os pontos positivos foram citados: a diminuição no volume de informações a serem cruzadas na elaboração das notas fiscais, assim como no volume de documentos a serem elaborados mensalmente e armazenados pelos associados. Com isso verificou-se a maior rapidez na conferência dos documentos solicitados pela CONAB, como também na correção de documentos, que podem ser comunicados e reenviados pela internet. Porém, como melhor mudança foi apontada a autonomia da associação na substituição dos agricultores para entrega dos produtos, possibilitando contornar a falta ou adicionar mais produtores semanalmente para entrega dos produtos.

O único ponto negativo apontado foi a necessidade do controle rigoroso da quantidade entregue por cada agricultor semanalmente para elaboração da nota fiscal coletiva corretamente.

O PAA de 2009/10 totalizou R\$73.500,00 em produtos, com valor máximo anual por produtor de R\$3.500,00. Teve 21 agricultores cadastrados como fornecedores, sendo destes 13 associados e 7 não-associados, os quais entraram no grupo somente para participar do PAA. No total foram 20 produtos entregues em 6 entidades consumidoras.

O volume total dos produtos entregues, assim como o valor dos produtos e a entrega por grupo está mostrado na TABELA 16:

TABELA 16: Síntese do PAA 2009 da APROTUNAS.

PROJETO CONAB 2009 – APROTUNAS										
ITEM	PRODUTO	UNID.	TOTAL DE PRODUTOS (por unid.)	PREÇO DO PRODUTO (R\$/unid.)	TOTAL DO PRODUTO (R\$)	Nº DE AGRICULTORES QUE ENTREGAVAM POR GRUPO				Nº TOTAL DE AGRICULTORES
						GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	DEMAIS	
1	Abobrinha	Kg	980	0,90	882,00	0	1	0	0	1
2	Acelga	Unid.	1.500	1,00	1.500,00	0	2	1	0	3
3	Alface	Unid.	11.000	0,80	8.800,00	1	5	2	0	8
4	Alho	Kg	100	4,50	450,00	0	0	1	0	1
5	Batata Doce	Kg	1.770	0,90	1.593,00	0	0	0	2	2
6	Brócolis	Mç	5.700	1,00	5.700,00	2	2	2	1	7
7	Caqui	Kg	3.400	1,00	3.400,00	2	0	1	0	3
8	Cebola	Kg	1.500	1,00	1.500,00	0	2	1	0	3
9	Cenoura	Kg	2.050	1,00	2.050,00	0	4	1	0	5
10	Cheiro Verde	Mç	3.000	0,70	2.100,00	0	4	1	0	5
11	Couve-flor	Kg	4.125	1,20	4.950,00	2	1	1	1	5
12	Feijão	Kg	6.080	1,80	10.944,00	1	1	0	3	5
13	Madioca	Kg	4.000	0,85	3.400,00	0	0	0	2	2
14	Mel	Kg	1.253	5,50	6.891,50	2	0	0	1	3
15	Milho Verde	Kg	2.000	1,00	2.000,00	0	0	0	2	2
16	Pepino	Kg	2.880	0,60	1.728,00	3	0	1	1	5
17	Pimentão	Kg	2.000	1,00	2.000,00	1	0	1	0	2
18	Ponkan	Kg	5.830	0,60	3.498,00	0	0	0	1	1
19	Repolho	Kg	17.500	0,50	8.750,00	2	5	3	1	11
20	Tomate	Kg	1.000	1,00	1.000,00	1	0	0	0	1

DADOS: Síntese do PAA 2009 da APROTUNAS.

De acordo com a síntese apresentada, o grupo com maior frequência de entrega é o grupo II, seguido pelo grupo I, o III e, por último, o grupo dos não-associados, contabilizados na coluna 'DEMAIS' da tabela.

Esta informação ressalta a afirmação feita no tópico de descrição dos grupos, de que o grupo II, dos agricultores dinâmicos, é o que 'movimenta' a associação, tanto pelo engajamento nas atividades organizativas, posto que a secretaria é composta por um agricultor deste grupo desde a fundação da associação, quanto pelo volume e diversificação da produção.

Também confirma o fato de que os agricultores não-associados foram inseridos no projeto para sua complementação e não para sua estruturação, como é o caso dos associados. A maior parte das entregas realizadas por não-associados foram de alimentos também produzidos pelos associados, porém esses os produziam somente visando autoconsumo e/ou alimentação animal, como a batata-doce, o feijão, a mandioca e o milho verde. Como único caso de diversificação de produtos no projeto, constatou-se que nenhum dos associados produzia Ponkan para entrega no PAA de 2009, portanto um único não-associado entrou para realizar a entrega deste único produto, garantindo a comercialização de praticamente toda sua produção.

No geral, como principais dificuldades a serem superadas para melhorar a execução e gestão de futuros projetos apontadas pelos integrantes da APROTUNAS estão: a restrição na liberação ou utilização do excedente dos recursos para custeio do transporte dos produtos até as entidades; a demora na conscientização dos associados quanto à qualidade e a padronização dos produtos a serem entregues; e a desconfiança inicial das entidades e, conseqüentemente, a recusa em atender os chamados da associação para a elaboração da síntese de cada entidade e o planejamento da real demanda do volume e frequência de entregas de produtos.

## O PAA em 2011/12

O PAA 2011/12 da APROTUNAS foi recentemente aprovado, no mês de setembro, com vencimento previsto para o mesmo mês de 2012. Será executado pelo contrato da mesma modalidade CPR – Doação, tipo Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CDLAF), com fonte de recursos do MDS e operado pela CONAB.

No mês seguinte a esta aprovação, a APROTUNAS organizou a 1º Reunião Municipal sobre o PAA, a fim de amenizar as dificuldades enfrentadas no primeiro contrato. A reunião contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas, entre a representante da CONAB, associados fornecedores, representantes das entidades consumidoras, alunos das escolas públicas (municipal e estadual), o técnico da EMATER municipal, a agente de ATER local da COOPERIGUAÇÚ, representantes da ITCP-UFPR, o prefeito e membros da prefeitura. Este evento teve como principais objetivos a apresentação do PAA e as características de seu funcionamento em todo o país, a apresentação do contrato a ser executado em Tunas do Paraná e o esclarecimentos de dúvidas por todos os envolvidos no projeto, desde produtores até consumidores.

Efetivamente, o segundo contrato de PAA da APROTUAS começou a ser executado somente na segunda quinzena de outubro 2011. Entretanto, pode-se analisar as informações disponíveis no portal da transparência do PAA, no site da CONAB, como o exemplo da lista de produtos do projeto de 2011 (ANEXO 02).

A fim de preservar a identidade dos agricultores aqui analisados, as demais listas disponibilizadas no portal não serão anexadas ao trabalho, porém, dentro do possível, serão detalhadas nos parágrafos a seguir.

Com o aumento do limite anual em R\$1.000,00 para cada fornecedor, o recurso total liberado para este projeto foi de R\$90.000,00, a serem distribuídos no limite de R\$4.500,00 por agricultor por ano (ANEXO 03).

Em comparação com o PAA 2009/10, o projeto de 2011/12 tem somente 20 agricultores cadastrados como fornecedores. Este número é resultado da saída de 3 agricultores do primeiro projeto (1 associado e 2 não-associados), da entrada de 2 agricultores no novo projeto (1 associado e 1 não-associado) e dos demais 18 agricultores deste projeto (13 associados e 5 não-associados).

O volume por produto a ser entregue pelo PAA 2011/12, em geral, é menor do que o antigo projeto. Todavia, a quantidade de produtos aumentou em 67%, de 20 para 33 produtos cadastrados. Este aumento, assim como um comparativo de ambos os projetos são apresentados na TABELA 17 (de acordo com dados do ANEXO 02):

TABELA 17: Comparação entre a quantidade e o volume de produtos cadastrados para os PAAs de 2009/10 e 2011/12.

PAA 2009/10				PAA 2011/12				Var 2009/10 – 2011/12	
Nº	Produto	Unid.	Total de Prod. (por unid.)	Nº	Produto	Unid.	Total de Prod. (por unid.)	Qtde (por unid.)	Qtde (%)
1	Abobrinha	Kg	980	1	Abobrinha	Kg	3.151	2.171	69
2	Acelga	Unid.	1.500	2	Acelga	Unid.	1.283	-217	-17
3	Alface	Unid.	11.000	3	Alface	Unid.	4.046	-6.954	-172
4	Alho	Kg	100	4	Alho	Kg	60	-40	-67
5	Batata Doce	Kg	1.770	5	Batata Doce	Kg	1.510	-260	-17
6	Brócolis	Mç	5.700	6	Brócolis	Mç	2.231	-3.469	-155
7	Caqui	Kg	3.400	7	Caqui	Kg	5.256	1.856	35
8	Cebola	Kg	1.500	8	Cebola	Kg	220	-1.280	-582
9	Cenoura	Kg	2.050	9	Cenoura	Kg	1.800	-250	-14
10	Cheiro Verde	Mç	3.000	10	Cheiro Verde	Mç	873	-2.127	-244
11	Couve-flor	Kg	4.125	11	Couve-flor	Kg	833	-3.292	-395
12	Feijão	Kg	6.080	12	Feijão	Kg	300	-5.780	-1.927
13	Madioca	Kg	4.000	13	Madioca (s/ casca)	Kg	1.400	-2.600	-186
14	Mel	Kg	1.253	14	Mel	Kg	0	-1.253	-100
15	Milho Verde	Kg	2.000	15	Milho Verde	Kg	1.821	-179	-10
16	Pepino	Kg	2.880	16	Pepino	Kg	2.262	-618	-27
17	Pimentão	Kg	2.000	17	Pimentão	Kg	830	-1.170	-141
18	Ponkan	Kg	5.830	18	Ponkan	Kg	6.426	596	9
19	Repolho	Kg	17.500	19	Repolho	Kg	12.720	-4.780	-38
20	Tomate	Kg	1.000	20	Tomate	Kg	342	-658	-192
Produtos incluídos no projeto 2011				21	Batata Comum	Kg	300	300	100
				22	Beterraba	Kg	4.974	4.974	100
				23	Bolacha Caseira	Kg	1.156	1.156	100
				24	Chuchu	Kg	1.500	1.500	100
				25	Couve Manteiga	Mç	1.362	1.362	100
				26	Cuca	Kg	704	704	100
				27	Inhame	Kg	400	400	100
				28	Pão Caseiro	Kg	750	750	100
				29	Pinhão	Kg	80	80	100
				30	Quiabo	Kg	120	120	100
				31	Rabanete	Kg	160	160	100
				32	Rúcula	Kg	180	180	100
				33	Vagem	Kg	500	500	100

Dados: CONAB, 2011.

No geral, as alterações realizadas nos produtos do PAA 2011/12 devem-se à experiência de frequência, diversificação da produção e gestão de projeto pela associação e a experiência no recebimento e na adequação dos cardápios das entidades consumidoras.

A maior alteração foi na quantidade de produtos entregues. Contudo, quanto ao volume constatou-se a diminuição brusca na quantidade de alguns produtos. As maiores alterações na quantidade foram na alface a ser entregue no novo projeto, de 11.000 para 4.046, menos 6.954 pés (-172%), e no feijão, que foi de 6.080 para 300, menos 5.780 Kg (-1.927%). No caso da alface, a alteração deve-se à diversificação da produção de folhosas e a inserção de couve manteiga e rúcula no novo projeto. No caso do feijão, a explicação dos associados é de que o preço pago por Kg na região é cerca de 45% superior ao estabelecido pela CONAB, que no último projeto era de R\$1,80/Kg.

Também outra alteração merece destaque: a mandioca que, após a inauguração da mini-beneficiadora/processadora do projeto Eletrosul, será entregue já sem casca para as entidades consumidoras. De acordo com os agricultores, esta poderá ser uma experiência bastante interessante para a associação. O compromisso firmado pelo PAA, mesmo que somente na entrega de um produto, exigirá a reorganização dos papéis dos associados para o trabalho no beneficiamento mínimo, o que poderá ser um passo decisivo não somente para os próximos projetos, mas também para a agregação de valor de seus produtos.

E, por fim, quanto ao número de entidades consumidoras, o projeto deste ano atenderá uma entidade a menos que o primeiro projeto. Esta diminuição deve-se ao fato de que desde o início de 2010 a distribuição das refeições de boa parte das instituições municipais começou a ser realizada a partir da Casa da Alimentação, a qual foi destinada para recepção dos alimentos do projeto. Esta medida foi tomada pela prefeitura municipal, com o intuito de

facilitar a distribuição igualitária dos alimentos, assim como a entrega dos produtos pelos agricultores.

### **Os acessantes do PAA em Tunas do Paraná: análise por grupo de PRONAF**

Os associados à APROTUNAS necessitaram, obrigatoriamente, emitir a DAP para serem reconhecidos como Agricultores Familiares e, assim, poder acessar o PAA. Portanto, todos foram classificados e inseridos nos grupos do PRONAF.

No diagnóstico, do total de 18 DAPs, foram identificadas 4 do grupo B (22%), 9 do grupo C (50%) e 5 do grupo V (28%), conforme a TABELA 18:

TABELA 18: Total de DAPs por grupo de PRONAF.

ENQUADRAMENTO PRONAF	Nº DE ACESSANTES	%
A	0	0
A/C	0	0
B	4	22
C	9	50
V	5	28
Demais modalidades	0	0
<b>TOTAL DE ACESSANTES NA APROTUNAS</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

As famílias pluriativas, que para estes casos possuem renda familiar bruta anual maiores que as agrícolas, são classificadas nos grupos que permitem maiores valores de crédito do PRONAF.

A exemplo estão os agricultores Tradicionais (grupo I), entre os quais não existe nenhuma DAP do grupo B, 6 DAPs do grupo C e 2 do grupo V. Se analisados conforme a resolução de 2008, existiriam somente DAPs do grupo V do PRONAF.



Os agricultores Dinâmicos (grupo II) possuem 2 DAPs do grupo B, sendo uma de família agrícola e uma pluriativa; 3 do grupo V, sendo as três pluriativas; e 2 DAPs do grupo C, sendo uma de família agrícola e uma pluriativa. Porém, neste último caso, a família agrícola utiliza o patrimônio da família pluriativa como garantia, posto que se tratam de pai e filha.

Já os agricultores Periféricos (grupo III), possuem 2 DAPs do grupo B e uma do grupo C, sendo todas de famílias agrícolas. Para esta DAP C, o agricultor utiliza o patrimônio em equipamentos e infra-estrutura do arrendador de suas terras como garantia.

A síntese destes dados encontra-se na TABELA 19:

TABELA 19: Total de DAPs por grupo de PRONAF e por grupos analisados.

GRUPOS	ENQUADRAMENTO PRONAF	Nº ACESSANTES
I	B	0
	C	6
	V	2
<b>TOTAL GRUPO I</b>		<b>8</b>
II	B	2
	C	2
	V	3
<b>TOTAL GRUPO II</b>		<b>7</b>
III	B	2
	C	1
	V	0
<b>TOTAL GRUPO III</b>		<b>3</b>
<b>TOTAL DE AGRICULTORES</b>		<b>18</b>

As 5 DAPs do grupo V constantes nesta análise foram emitidas a partir de 2009, quando as alterações determinadas em 2008 pela Resolução nº 3.559, que extinguiu o grupo C, começaram a ser aplicadas em Tunas do Paraná, devido à validade de 6 anos do

documento. Porém, se as DAPs aqui analisadas fossem enquadradas nas alterações determinadas pelo Banco Central, a quantidade real seria de 14 DAPs do grupo V do PRONAF, ou seja 78%.

Entretanto, estas porcentagens não refletem a realidade do município de Tunas do Paraná, que de seu total de 109 DAPs ativas possui 3 DAPs do grupo D, 7 DAPs do grupo V, 30 DAPs do grupo C e 69 DAPs do grupo B, conforme a TABELA 20:

TABELA 20: Total de DAPs por grupo de PRONAF, para o total de 109 DAPs ativas do município de Tunas do Paraná-PR.

ENQUADRAMENTO PRONAF	Nº DE ACESSANTES	%
A	0	0
A/C	0	0
B	69	63
C	30	28
V	7	6
Demais modalidades	3	3
<b>TOTAL DE ACESSANTES NO MUNICÍPIO</b>	<b>109</b>	<b>100</b>

Dados: Extrato de DAP, MDA.

Utilizando-se da mesma adaptação da resolução nº 3.559 feita para os agricultores analisados, o município de Tunas teria 34% de DAPs do grupo V e os mesmos 63% de DAPs do grupo B. Estes números representam o inverso da realidade analisada para a associação, de 22% de DAPs do grupo B e 78% de DAPs do grupo V.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os associados à APROTUNAS e participantes do PAA no município de Tunas do Paraná-PR são agricultores familiares com produção agropecuária bastante diversificada, destinando-se tanto para comercialização quanto para o autoconsumo. Esta diversidade de produtos é uma estratégia adotada para garantir o autoconsumo familiar, assim como aumentar a quantidade de produtos comercializáveis na região.

Nos três anos de sua fundação, verifica-se que esta estratégia torna-se cada vez mais indispensável, pois além de garantir a sobrevivência de indivíduos e propriedades rurais, aumenta a competitividade local da organização e garante a sobrevivência da comunidade rural do Ouro Fino, criando o mercado de trabalho local e, conseqüentemente, diminuindo os êxodos agrícola e rural.

Além disso, a análise demonstrou que, por oferecer a segurança do acesso regular à um mercado fixo, o PAA apresenta importância significativa para além das políticas públicas, mas também nas organizações produtivas e sociais dos atores locais, sendo atualmente utilizado como principal canal de comercialização da maior partes dos produtos da APROTUNAS. As vendas a preços e quantidades garantidos tornaram-se o fator fundamental para que os agricultores investissem no fortalecimento das suas capacidades produtivas e organizacionais.

Isto é comprovado através do relato de 4 agricultores associados que afirmaram que durante o inverno, período geralmente sem safras, saiam da propriedade e trabalhavam temporariamente nas indústrias madeireiras da região. Entretanto, no primeiro ano de acesso ao PAA, esta situação não foi evidenciada, nem entre estes agricultores que relataram esta situação, nem entre os demais associados. Comprova-se também pelo aumento em 28% no

número de associados neste último ano, além do aumento no número de produtos fornecidos e que, conseqüentemente, passaram a compor a dieta das famílias dos associados, dos consumidores locais e do público atendido pelas entidades consumidoras. Toda esta dinâmica causada pelo PAA são movimentos imprescindíveis para promover o desenvolvimento da agricultura regional.

No entanto, embora o PAA seja visto atualmente pelos agricultores fornecedores como o melhor canal de comercialização disponível no município, o que se comprovou por este trabalho foi que, mesmo sendo caracterizados como agricultores familiares prioritários em virtude de estarem no Território da Cidadania, o público alcançado pelo programa ainda é predominantemente formado pelos agricultores mais capitalizados no interior do território.

Isso decorre principalmente da necessidade de organização para operar o programa, o que pressupõem acesso a informações, atores e recursos, aos quais geralmente, são os agricultores mais inseridos nas organizações sociais e nos mercados que conseguem acessar, respondendo às exigências formais e informais do programa, sobretudo no planejamento de produção para manter frequência e quantidade de entrega.

Outros fatores que podem estar impedindo a expansão do projeto no município são a falta de conhecimento e informação sobre o programa e suas vias de acesso, a falta de documentação legal dos imóveis rurais e a insuficiência e impossibilidade de assistência técnica eficaz em toda a extensão do município por apenas um técnico local.

Para a expansão do PAA e de qualquer outra política pública voltada para agricultura familiar em Tunas do Paraná, o nível de interferência do poder público em todas as suas esferas deverá abranger um maior número de segmentos do que somente o PAA pode abranger. Percorrendo o município, assim como muitos são em todo país, vê-se que as dificuldades estão muito além da inclusão produtiva ou até mesmo social, mas sim nas

necessidades mais básicas dos seres humanos, como a higiene pessoal e o acesso à água limpa. Estas são mudanças profundas, que não podem ser realizadas no prazo da execução de um projeto de comercialização, mas sim fazendo parte de um projeto maior de desenvolvimento local. Tampouco poderá ser feito somente com a contratação de projetos pela APROTUNAS ou somente pelo planejamento das estruturas de governança locais. Um processo de desenvolvimento real e sustentável deve ser feito com o envolvimento de todos estes atores concomitantemente.

É nesse contexto que as políticas voltadas para a agricultura familiar devem se concentrar, tendo como perspectiva promover o desenvolvimento rural sustentável através do desenvolvimento de tecnologias adequadas não somente à este segmento produtivo, como também aos diversos tipos de agricultores familiares, sob diversas condições de vida e sobrevivência.

O suprimento da necessidade da inclusão produtiva de áreas marginalizadas no processo de desenvolvimento social e econômico gerado pela APROTUNAS requer que a realidade agro-socioeconômica seja observada a partir de uma perspectiva sistêmica e que os projetos executados pela associação sejam expandidos em parceria com todos os agentes colaboradores locais para que contemplem não somente mais produtos, como também mais agricultores locais. Desta forma, pode-se transformar o crescimento em desenvolvimento para os agricultores familiares, a comunidade, o município e o território.

## REFERÊNCIAS

AMBIENTE DURAN. Módulo Fiscal - Módulos Fiscais Municípios Paraná. Disponível em: <<http://www.ambienteduram.eng.br/modulo-fiscal>> Acesso em: outubro 2011.

ANDRADE, Daniela. Pobreza Rural e Conservação da Mata Atlântica no Processo de Transformação do Sistema de Produção Agrícola Caboclo: História Agrária do Município de Iguape, Vale do Ribeira-SP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-22042008-002328/pt-br.php>> Acesso em: outubro 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EXPORTADORES DE CEREAIS - ANEC. Produtividade média de milho nas principais unidades federativas produtoras – últimos 21 anos (1990-2011). Disponível em: < <http://www.anec.com.br/pdf/Produtividade%20-%20Milho.pdf>> Acesso em: outubro 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº3.559. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res\\_3559\\_v1\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3559_v1_L.pdf)> Acesso em: outubro 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5873.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5873.htm)> Acesso em: setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm)> Acesso em: setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm)> Acesso em: setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em: setembro 2011.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA, Darana; LOURETE, Acácio Alvarenga. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: setembro de 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1510.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1510.pdf)> Acesso em: setembro 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>> Acesso em: setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Cartilha PAA. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/Cartilha\\_PAA.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/Cartilha_PAA.pdf)> Acesso em: setembro 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil>> Acesso em: outubro 2011.

\_\_\_\_\_. Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/plenarias/2010/reuniao-do-dia-25-de-agosto-de-2010/balanco-de-avaliacao-da-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/view>> Acesso em: outubro 2011.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural?. In: Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. Anais. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001.



DENARDI, Reni Antonio. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001. Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/agricultura%20familiar.pdf>> Acesso em: outubro 2011.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS - DESER. Boletim eletrônico. Mudanças no PRONAF. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletins/Pronaf.pdf>> Acesso em: outubro 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília, Serviço de Produção de Informação, 1999. 412p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. relatório Sobre Integração Regional na América do Sul. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/biblioteca-2/>> Acesso em: setembro 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades: Tunas do Paraná. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: outubro 2011.

\_\_\_\_\_. Censo 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=41](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41)> Acesso em: setembro 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Instrução normativa nº 11, de 4 de abril de 2003. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/images/arquivos/IN11\\_040403.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/images/arquivos/IN11_040403.pdf)> Acesso em: setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. MDA: Brasília, Fevereiro de 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Diagnóstico Socioeconômico do Território Ribeira - 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

MATTEI, Lauro. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/Pos-Graduacao/Lato-GARCA/Texto3\\_PAA\\_Mattei.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/Pos-Graduacao/Lato-GARCA/Texto3_PAA_Mattei.pdf)> Acesso em: outubro 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar ao PRONAF - Manual do Cadastrador. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/institucional/Manual\\_DAP\\_2008\\_2009.pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/institucional/Manual_DAP_2008_2009.pdf)> Acesso em: outubro 2011.

\_\_\_\_\_. Estudo Propositivo para Dinamização Econômica – Território Rural do Vale do Ribeira. Brasil: Brasília, abril de 2007. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?ac=listarEP&territorio=101&regiao=&uf=PR&base=1>> Acesso em: outubro 2011.

OLALDE, A. R. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: outubro 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD. Síntese de Indicadores 2008 - Rendimento médio mensal real do trabalho principal dos contas próprias, por Grandes Regiões e sexo - 2004-2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese\\_de\\_faultpdf\\_rendimentos.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese_de_faultpdf_rendimentos.shtm)> Acesso em: outubro 2011.

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Portal da Cidadania - Vale do Ribeira. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirapr/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirapr/one-community?page_num=0)> Acesso em: setembro 2011.

ROGERS, E.; SHOEMERER, F. *Communication of innovations*. 2ª ed. New York: The Free Press, 1971.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Volume 5. Nº 17. Cadernos do CEAM: Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR - SAF. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>> Acesso em: setembro 2011.

\_\_\_\_\_. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: setembro 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Documentos - Planilha com as variáveis básicas dos 164 territórios rurais. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s#>> Acesso em: outubro 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. Programa Vale do Ribeira - O Vale do Ribeira. Disponível em: < <http://www.valedoribeira.ufpr.br/vale.htm> > Acesso em: setembro 2011.

VIEIRA, Débora de F. A.; VIANA, Carla A. dos S. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua Relação com o Modo de Funcionamento da Agricultura Familiar. Disponível em:

<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>> Acesso em: novembro 2011.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

**ANEXOS**